

Elísio Arão Novela

**A Mendicidade Infantil Como Estratégia de Sobrevivência das Famílias Carenciadas:  
Caso do Bairro Central “C”, Cidade de Maputo (2003 – 2017)**

Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia.

Universidade Pedagógica

Maputo

2017

Elísio Arão Novela

**A Mendicidade Infantil Como Estratégia de Sobrevivência das Famílias Carentes:  
Caso do Bairro Central “C”, Cidade de Maputo (2003 – 2017)**

Monografia científica apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, para obtenção do grau académico de Licenciatura em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia.

A Supervisora:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Amida Maman

Universidade Pedagógica

Maputo

2017

## Índice

Lista de Figuras.....	IV
Lista de Abreviaturas .....	V
Declaração de Honra.....	VI
Dedicatória.....	VII
Agradecimentos .....	VIII
Resumo .....	IX
0. INTRODUÇÃO .....	10
0.1. JUSTIFICATIVA SUBJECTIVA.....	10
0.2. JUSTIFICATIVA OBJECTIVA.....	10
0.3. OBJECTIVOS DA PESQUISA.....	11
0.4. MÉTODO .....	11
0.4.1.METODOLOGIA.....	11
0.5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	12
0.6. PROBLEMA.....	14
0.7. HIPÓTESES .....	15
0.8. REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE.....	15
0.9. RELEVÂNCIA .....	15
0.10. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
CAPÍTULO I: A MENDICIDADE INFANTIL EM MOÇAMBIQUE .....	17
1.1. Definição de Conceitos .....	17
1.1.1. Mendicidade Infantil.....	17
1.1.2. Estratégia de Sobrevivência .....	17
1.1.3. Famílias Carenciadas .....	18
1.2. Quadro Legal sobre os Direitos da Criança em Moçambique .....	19
1.2.1. Reforma Legislativa.....	20
1.3. Causas da Mendicidade Infantil.....	22
1.3.1. A Pobreza.....	23
1.3.2. As Migrações .....	23

1.3.3. A Falta de Acesso a Educação .....	24
1.3.4. As Tradições Culturais e Religiosas .....	25
1.4. Tipos e Formas de Mendicidade Infantil .....	26
1.4.1. Indicadores de Situações de Mendicidade Infantil Forçada.....	27
1.5. Instituições da Acção Social no Combate a Mendicidade Infantil em Moçambique.....	28
1.5.1. Centros Comunitários Abertos.....	29
1.5.2. Papel da Sociedade Civil no Combate a Mendicidade Infantil.....	31
<b>CAPÍTULO II: MENDICIDADE INFANTIL NO BAIRRO CENTRAL “C” .....</b>	<b>33</b>
2.1. Localização Geográfica do Bairro Central “C” .....	33
2.2. Aspectos Gerais do Bairro Central “C” .....	34
2.2.1. História Colonial do Bairro Central “C” .....	34
2.2.2. História Pós - Colonial do Bairro.....	37
2.3. Mendicidade Infantil no Bairro Central “C” .....	39
2.3.1. Locais de Proveniência e de Permanência dos “Mendigos Infantis” .....	40
2.3.2. Género e Idade dos “Mendigos Infantis” .....	41
<b>CAPÍTULO III: A MENDICIDADE INFANTIL COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS CARENCIADAS.....</b>	<b>44</b>
3.1. Perfil dos “Mendigos Infantis” .....	44
3.2. Estrutura dos agregados familiares e ambiente que envolve os “mendigos infantis” .....	50
3.3. Impacto da mendicidade na criança e na família .....	53
3.4. Actividades da acção social no Bairro Central “C” .....	54
Conclusão e Sugestões.....	56
Bibliografia .....	57
Apêndices.....	63

**Lista de Figuras**

<b>Figura 1:</b> Centro Comunitário Aberto de Magoanine “C”.....	30
<b>Figura 2:</b> Mapa do Bairro Central “C”.....	33
<b>Figura 3:</b> Locais de Permanência dos Praticantes de Mendicidade.....	41
<b>Figura 4:</b> Gráfico de Distribuição das Crianças em Situação de Mendicidade Infantil por Sexo.....	42
<b>Figura 5:</b> Idade das Crianças em Situação de Mendicidade Infantil.....	43
<b>Figura 6:</b> Criança como acompanhante na mendicidade.....	47
<b>Figura 7:</b> Condições de habitabilidade de alguns agregados familiares.....	51
<b>Figura 8:</b> Ciclo vicioso da pobreza e de mendicidade infantil.....	53

**Lista de Abreviaturas**

<b>ASDI</b>	Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional
<b>Av</b>	Avenida
<b>CCA</b>	Centro Comunitário Aberto
<b>DGCAS</b>	Direcção do Género, Criança e Acção Social
<b>DMAS</b>	Direcção da Mulher e Acção Social
<b>EAPN</b>	European Anti Povert Network (Rede Europeia Anti-Pobreza)
<b>FORCOM</b>	Fórum Nacional das Rádios Comunitárias
<b>GAPVU</b>	Gabinete de Apoio a População Vulnerável
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana
<b>INAMAR</b>	Instituto Nacional da Marinha
<b>INAS</b>	Instituto Nacional da Acção Social
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>MISA</b>	Instituto para a Comunicação Social da África Austral - Moçambique
<b>MMAS</b>	Ministério da Mulher e Acção Social
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OTSH</b>	Observatório do Tráfico de Seres Humano
<b>PASD</b>	Programa Apoio Social Directo
<b>PBST</b>	Programa Beneficio Social pelo Trabalho
<b>PSA</b>	Programa Subsidio de Alimentos
<b>RCAC</b>	Rede de Comunicadores Amigos das Crianças
<b>RNAS</b>	Rede Nacional da Acção Social
<b>SIDA</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência

### **Declaração de Honra**

Declaro que esta monografia científica é resultado da minha investigação pessoal, e das orientações da minha supervisora, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final. Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

/Elísio Arão Novela/

**Dedicatória**

À memória do meu pai (Arão Jaime Novela)



## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Professora Doutora Maria Amida Maman, pelo acompanhamento e revisão do trabalho. À minha esposa, Belarmina Clementina Simbine e ao meu filho Arão Elísio Novela, pela motivação, compreensão e paciência nos meus momentos de reflexão. À minha sogra dr<sup>a</sup> Marcela Ricardina Nhassope, pela impressão da presente monografia. Agradeço igualmente aos técnicos da Direcção do Género, Criança e Acção Social, em particular a dr<sup>a</sup> Isilda Maibaze, pela colaboração e disponibilidade demonstrada durante a realização do trabalho de campo. Agradeço aos colegas do curso de História, 2013-2017, por terem me proporcionado momentos memoráveis, e por terem me apoiado em diversos aspectos ao longo dos quatro anos que estivemos juntos. A todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigado.

## **Resumo**

A presente monografia é um estudo de caso realizado no Bairro Central “C”, subordinado ao tema: A mendicidade infantil como estratégia de sobrevivência das famílias carentes. A pesquisa procura compreender o fenómeno entre 2003 – 2017. A realização da mesma tomou como base a seguinte pergunta de partida: De que forma a mendicidade infantil pode ser uma estratégia de sobrevivência das famílias carentes. O trabalho baseou-se no método qualitativo na vertente fenomenológica. A pesquisa demonstrou que as crianças são usadas pelos seus responsáveis/familiares, apenas como mais uma fonte complementar da renda familiar negligenciando em muitos casos o impacto desta prática sobre o próprio menor, visto que a indução da criança a situações de mendicidade, constitui um obstáculo à sua própria formação, e não constitui necessariamente uma solução sustentável à estabilidade sócio económica, para a sua respectiva família, pois o que este traz é pouco significativo e não muda em nada a condição precária da mesma, servindo apenas para satisfazer em parte algumas necessidades diárias do agregado familiar.

**Palavras-chave:** Mendicidade Infantil, Estratégia de Sobrevivência, Famílias Carentes

## **0. INTRODUÇÃO**

A presente monografia aborda o tema intitulado A Mendicidade Infantil como Estratégia de Sobrevivência das Famílias Carenciadas: Caso do Bairro Central “C” (2003-2017), tem como objecto de estudo a Mendicidade Infantil.

### **0.1. JUSTIFICATIVA SUBJECTIVA**

A escolha do tema justifica-se pelo facto de ser um problema que afecta, actualmente, muitas crianças, e que, o Governo moçambicano está preocupado com a situação, pois, apesar das políticas implementadas no sentido de combatê-lo o fenómeno ainda prevalece. Também é justificado pelo simples facto de querer perceber como algumas famílias podem encarar a criança como fonte de renda no sentido de fazer face às dificuldades enfrentadas no dia-a-dia. Entretanto, a escolha do Bairro Central “C” como área de estudo, justifica-se pelo facto de existirem vários estabelecimentos comerciais próximos uns dos outros e, do lado de quem pede, sempre vem desembocar neste ponto da cidade para recolher a esmola, tornando assim, mais visível ou observável o fenómeno mendicidade.

A escolha do ano 2003 como ponto de partida do presente estudo fundamenta-se pelo facto de ter sido o ano em que o Governo criou os centros comunitários abertos. Com estes centros, a ideia é criar, dentro das comunidades, de locais onde as pessoas vulneráveis possam desenvolver actividades de geração de rendimento, alfabetização, conviver, e acima de tudo, trocarem experiências de vida entre elas. Pretendia-se, com estes, que as pessoas que tivessem algo, no lugar de oferecer na rua, canalizassem para estes locais. O ano de 2017 é o ano em que se desenvolveu a presente pesquisa.

### **0.2. JUSTIFICATIVA OBJECTIVA**

Trabalhos similares foram desenvolvidos por outros autores tais como: Delap (2009), no artigo “*Begging for Change*”; Guluve (2016), na Monografia “*Contribuição das Instituições da Acção Social na Prevenção da Mendicidade Infantil na Cidade de Maputo*”; Capurchande (2004), na Monografia “*A construção social da Mendicidade de sexta-feira: um estudo sobre práticas sociais relacionadas com a Mendicidade na Cidade de Maputo*”; Santos (2014), no estudo sobre *Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada. The Third sector Again Pushed Begging*”.

### **0.3. OBJECTIVOS DA PESQUISA**

Constitui objectivo geral desta monografia, compreender a mendicidade infantil como estratégia de sobrevivência das famílias carenciadas, especificamente, o estudo tem como intenção, caracterizar a mendicidade infantil em Moçambique, descrever a mendicidade infantil no Bairro Central “C”, e por fim, analisar a mendicidade infantil como estratégia de sobrevivência das famílias carenciadas.

### **0.4. MÉTODO**

A pesquisa foi guiada pelo método qualitativo, na vertente fenomenológica. A escolha do método qualitativo, tem a ver com a forma de abordagem do problema, pois de acordo com Silva & Menezes (2001:20), há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte directa para a colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Em relação à vertente fenomenológica, Diehl & Tatim (2004:50), avançam que ela preocupa-se com a descrição directa da experiência tal como ela é. A realidade, construída socialmente, é entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Assim, ela não é única: existem tantas quantas forem suas interpretações e comunicação, e o sujeito/actor é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento.

#### **0.4.1. METODOLOGIA**

Para a operacionalização do método acima descrito, foram seguidos alguns procedimentos como a pesquisa bibliográfica, o estudo do caso e a pesquisa de campo. Pesquisa bibliográfica, de acordo com Alves (2012:42), é quando um pesquisador desenvolve a sua investigação a partir de estudos já efectuados por outros investigadores. O pesquisador deve procurar conhecer a bibliografia publicada dentro da área de pesquisa. Este procedimento permitiu nos conhecer o que já se estudou sobre o assunto. A partir desses materiais foram produzidas fichas de leitura que permitiram analisar e interpretar dados para a sustentação teórica e para a elaboração de instrumentos de colecta de dados no campo de acção.

Estudo de caso, na perspectiva de Chizzotti (2003:102), é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que colectam e registam dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objectivando tomar decisões a seu respeito ou

propor uma acção transformadora. O estudo de caso permitiu conhecer aspectos que não foram previstos inicialmente.

Pesquisa de campo, de acordo com Prodanov (2013:59), é aquela utilizada com o objectivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenómenos ou as relações entre eles. Isto permitiu nos conhecer directo a realidade. O trabalho de campo, consistiu na observação directa, porque este procedimento segundo Lakato & Marconi (1996:79), ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito dos objectivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência mas que orientam seu comportamento.

Como o Bairro Central “C” não nos apresentava um número exacto da população de crianças que se dedica a esta “actividade” (mendicidade), a escolha da amostra foi aleatória simples, tendo como universo 24 entrevistados. Destes entrevistados, 10 são crianças. As entrevistas dirigidas aos “mendigos infantis” tinham como objectivo identificar as causas ou razões da sua participação na mendicidade, 10 são responsáveis/familiares dos menores. Essas entrevistas tinham como objectivo entender o ambiente familiar, a situação financeira, assim como a visão que eles têm do envolvimento dos menores na mendicidade. Entrevistamos também 4 técnicos da Direcção do Género, Criança e Acção Social, repartição da criança em situação difícil. Essas entrevistas tinham como objectivo avaliar o impacto das acções desenvolvidas pela instituição, com vista a combater a mendicidade infantil no Bairro Central “C”. Depois dos procedimentos acima referenciados, seguiu-se a confrontação dos dados recolhidos a partir das entrevistas e, finalmente, foi feita a redacção e a conclusão da presente monografia científica. No sentido de preservar a identidade dos nossos entrevistados, eles foram citados por meio de letras e números.

## **0.5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Para fundamentar a pesquisa, recorreu-se a obras de autores que versam sobre a mendicidade, a fim de compreender a questão como: Meneses & Lourenço (2000) fizeram um estudo sobre a Mendicidade em Moçambique, tendo referenciado que a mendicidade, é, à partida, o acto de mendigar, vulgo (pedir esmola) ou seja, o acto através do qual alguns indivíduos frequentemente, adquirem, pedindo, a outros indivíduos, dádivas, que podem ser pecuniários ou em espécie, para a sua subsistência ou em certos para sustento de vários.

O Município de Maputo (2000), retrata a questão da mendicidade na urbe, afirmando que, actualmente, este conceito refere-se ao acto de pedir esmola, de estender a mão à caridade em locais públicos, isto é, recorrer à bondade e à generosidade do público, para obter gratuitamente, o dinheiro ou bens materiais para satisfazer as suas necessidades ou dos membros da sua família.

Nhampoca (2003), salienta que o baixo rendimento familiar faz com que alguns idosos sejam mais propensos à mendicidade. Isto transforma o idoso mendigo numa fonte de rendimento para a família. A prática da mendicidade dos idosos é, muitas da vezes, do conhecimento dos filhos ou famílias. Outro problema que leva alguns idosos a mendigar, está relacionado com o facto de viver com netos, órfãos de pais ou que tenham sido abandonados pelos mesmos.

Capurchande (2004), afirma que a mendicidade de “sextas-feiras” é uma construção social. Tem a sociedade, no caso, no contexto da esmola, uma certa noção do que é um mendigo e como se deve comportar ou portar-se.

Santos (2009), tipifica a mendicidade infantil consoante as actividades associadas a este sector: mendicidade clássica e as actividades auxiliares à mendicidade.

Djedje (2013), salienta que, é na integração social onde o indivíduo se sente como membro de um grupo social, por partilhar as suas normas, valores e crenças e, faltando esta boa integração social do idoso é, um dos factores que contribuem para a prática da mendicidade.

OTSH (2013), entende que a exploração de crianças na mendicidade pode assumir múltiplas formas (desde tocar alguns instrumentos nas ruas ou transportes públicos, à venda de pequenos objectos). Várias pesquisas, no entanto, mostram que, as crianças podem ser forçadas a mendigar pelos seus pais ou tutores, enquanto outras são exploradas por terceiros, incluindo casos de crianças traficadas por redes mais ou menos formais de crime organizado. As crianças mais vulneráveis a este tipo de exploração estão, em muitos casos, desacompanhadas ou em situação de risco, com famílias desestruturadas, com ligação ao consumo de estupefacientes, álcool e com cuidadores negligentes ou violentos, sofrendo vários tipos de abuso por aqueles que as obrigam a mendigar.

E.A.P.N (2015), avança que as pessoas que se encontram em situação de mendicidade vivenciam quotidianamente, a discriminação e a crítica social face à actividade que desenvolvem. É necessário desconstruir preconceitos e promover a compreensão das

verdadeiras causas da mendicidade junto da sociedade em geral, e dos profissionais e voluntários de intervenção social, em particular. A estigmatização social aumenta a vulnerabilidade destes grupos e dificulta um processo de integração social e laboral.

Guluve (2016), advoga que, pouco se faz para a redução da mendicidade infantil na Cidade de Maputo, apesar de vários esforços exercidos pela sociedade civil, o Estado não olha este para sector social como prioridade, pelo contrário, a responsabilidade é acrescida aos actores sociais civis.

Analisando os autores aqui seleccionados, vê-se que existe uma relação entre suas abordagens. Esta relação é justificada pelo facto de todos (autores) tratarem o tema mendicidade, tratamento esse feito no cômputo geral. O presente estudo, pretende olhar especificamente para a mendicidade infantil, como ela pode ser tida como estratégia de sobrevivência das famílias carenciadas.

## **0.6. PROBLEMA**

O índice de mendicidade na Cidade de Maputo tem vindo a crescer, cada dia que passa, novos efectivos procuram viver graças há pessoas de boa vontade nas artérias da capital, num fenómeno social complexo e cujas razões são diversas, mas que todos parecem ter origem num problema que afecta a família, célula base da sociedade. As crianças por exemplo, alegam que são maltratadas pelos pais ou parentes, enquanto os idosos dizem não ter ninguém em casa para lhes dar de comer sob acusação de feitiçaria e os deficientes, esses justificam a sua decisão de recorrer à esmola ao estigma e discriminação de que são alvos, na própria família (Gil, 2010:2).

Por seu turno, Oppenheimer & Raposo apud Capurchande (2004:9), no estudo sobre a “*Pobreza na Cidade de Maputo*”, mostram que a Cidade de Maputo, sendo caracterizada por um crescimento demográfico que não é acompanhado por um correspondente desenvolvimento urbano, tem dificultado a melhoria das condições de vida da maioria da população, persistindo assim, nos espaços da cidade, lógicas práticas e estratégias de sobrevivência. Assim, a problemática da mendicidade, é apontada como uma das estratégias de sobrevivência. Perante as considerações acima apresentadas, levanta-se, para esta pesquisa, a seguinte questão de partida: De que forma a mendicidade infantil pode ser uma estratégia de sobrevivência das famílias carenciadas?

## **0.7. HIPÓTESES**

**Hipótese 1.** A condição de pobreza que vive boa parte da população é a condicionante da utilização da criança na prática da mendicidade, pois elas suscitam mais a compaixão da população que se mostra, neste caso, mais generosa com este grupo do que com os pedintes adultos.

**Hipótese 2.** As crianças aparecem como acompanhantes de cadeirantes, idosos e cegos mendigos, que no sentido de angariar maior número de produtos, elas são muitas das vezes, usadas como isca para sensibilizar os comerciantes e os automobilistas a darem esmola.

## **0.8. REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE**

Como ponto de partida, em termos de referência, a presente monografia identifica-se com os trabalhos de Santos (2014), que sustenta que a mendicidade é um conjunto de actividades através das quais, um indivíduo solicita a um estranho dinheiro com base no facto de ser pobre ou de necessitar de uma doação por motivos de saúde ou religiosos.

Andrade et al (1998) avança que estratégias de sobrevivência são acções objectivamente orientadas por membros do agregado familiar, no sentido de responder à disfuncionalidade no sistema de reprodução social, constituem para muitos agregados familiares, formas de aceder aos recursos.

Sousa et al (2007) salientam que famílias carenciadas são sistemas que vivem problemas graves de longa duração, em que se sucedem períodos de crises, num contexto de escassos recursos materiais e emocionais.

## **0.9. RELEVÂNCIA**

O presente trabalho, pode contribuir para a reflexão sobre a mendicidade em Moçambique, sobretudo a praticada por crianças que se encontram enquadradas em um ambiente familiar, o mesmo pode ser importante na medida em que, poderá mostrar que as crianças são muitas vezes induzidas ou usadas como isca para sensibilizar os comerciantes e outros a darem esmola, daí desenharem-se estratégias no sentido de se combater efectivamente o fenómeno.

## **0.10. ESTRUTURA DO TRABALHO**

Para a materialização dos objectivos da presente pesquisa, o trabalho foi concebido em três (3) capítulos, estruturados em função dos interesses específicos abordados em cada um deles. O primeiro capítulo caracteriza a mendicidade infantil em Moçambique,



considerando os conceitos, o quadro legal dos direitos da criança em Moçambique, as causas da mendicidade infantil, os tipos e formas de mendicidade infantil, o papel das instituições da acção social no combate à mendicidade infantil em Moçambique e por fim, o papel da sociedade civil no combate a este fenómeno.

No segundo capítulo, descreve-se a mendicidade infantil no Bairro Central “C”, onde faz-se em primeiro lugar uma breve caracterização do local de estudo, fala-se também dos locais de proveniência e de permanência dos “mendigos infantis” e, por fim, o género e idade dos mesmos. Por seu turno, o capítulo III analisa os resultados da pesquisa sobre a mendicidade infantil como estratégia de sobrevivência de famílias carenciadas no Bairro Central “C”, considerando: perfil dos “mendigos infantis”, estrutura dos agregados familiares e ambiente que envolve os “mendigos infantis”, impacto da mendicidade na criança e na família, e as actividades da acção social no Bairro Central “C”. Assim como é dada a resposta à questão de partida levantada no problema. E por, último temos a apresentação da conclusão do trabalho e as respectivas sugestões.

Durante a realização do trabalho de campo, enfrentamos algumas dificuldades, as entrevistas dirigidas aos “mendigos infantis” foram difíceis de se fazerem, isto porque quando entrevistavam um grupo de crianças, as outras, apareciam e acabavam por interromper a conversa com o barulho. Por um lado, os menores estavam quase sempre a correr de um ponto para outro no sentido de conseguir a esmola e somente após terem passado por diversas instituições comerciais é que mostravam se disponíveis a cooperar. Notamos também que nem todas as crianças estavam disponíveis a colaborar, estas de alguma forma mostravam se desconfiadas com a nossa presença, assim como da nossa intenção.

## **CAPÍTULO I: A MENDICIDADE INFANTIL EM MOÇAMBIQUE**

O presente capítulo caracteriza a Mendicidade Infantil em Moçambique, considerando os conceitos, o quadro legal sobre os direitos da criança em Moçambique, as causas da mendicidade infantil, os tipos e formas da mendicidade infantil, o papel das instituições da acção social no combate a mendicidade infantil, e por fim, o papel da sociedade civil no combate a mendicidade infantil.

### **1.1. Definição de Conceitos**

#### **1.1.1. Mendicidade Infantil**

A palavra Mendicidade provém do Latim *mendicitate*, que significa acto de mendigar; mendigação; classe dos mendigos; qualidade ou estado de mendigos (Ferreira, 2009:1309). De acordo com Santos (2014:9), mendicidade é um conjunto de actividades através das quais um indivíduo solicita a um estranho, dinheiro com base no facto de ser pobre ou de necessitar de uma doação caritativa por motivos de saúde ou religiosos. Os mendigos também podem vender pequenos artigos, tais como espanadores ou flores, em troca de dinheiro não correspondendo necessariamente ao valor do artigo vendido.

Por seu turno, Meneses & Lourenço (2000:23), olham para a mendicidade como o acto de mendigar (pedir esmola) ou seja, a forma através da qual alguns indivíduos, frequentemente adquirem, pedindo a outros, dádivas que podem ser pecuniários ou em espécie para sua subsistência ou em certos casos para sustento de vários.

Para efeitos do presente trabalho, entendemos a mendicidade infantil como uma actividade, onde a criança é usada habitualmente para pedir dinheiro às pessoas que passam na rua ou aos automobilistas, ela também pode se instalar na portaria de recintos ou estabelecimentos e mendigar àqueles que lá entram.

#### **1.1.2. Estratégia de Sobrevivência**

A definição de “estratégia de sobrevivência” não é tarefa fácil. O conceito tem sido utilizado de forma mais ou menos arbitrária e recorrendo essencialmente ao senso comum, ele é aplicado nas descrições referentes ao quotidiano das populações dos países africanos de uma forma que indica as diligências realizadas de modo a obter o sustento diário, pressupondo muitas vezes situações, limites relativas à subsistência e referindo-se às mais diversas práticas (Costa & Rodrigues, s/d:116).

Segundo Andrade et al (1998:72), estratégias de sobrevivência são acções objectivamente orientadas por membros do agregado familiar no sentido de responder à

disfuncionalidade no sistema de reprodução social, constituem para muitos agregados familiares formas de aceder aos recursos.

Rezende (2008:69) acredita que as expressões “estratégias familiares” ou “estratégia de sobrevivência”, procuram expressar um conjunto de práticas de trabalho, não trabalho, consumo e reivindicações, sendo que, por meio dessas, rendas seriam obtidas e resumidas em um orçamento comum a toda unidade familiar, com o objectivo de atender da melhor forma possível às necessidades de seus diversos membros. Essas estratégias teriam como elemento central o recurso ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para compensar os baixos rendimentos do principal provedor, ocasionando ampliação do número de membros activos da família, uma redução da proporção daquelas em que uma só pessoa trabalha, e um consequente aumento da participação de mulheres e de jovens na população económica activa.

Contudo, entendemos que estratégia de sobrevivência é uma acção ou medida adoptada por um grupo social específico (famílias carenciadas), no sentido de fazer face às dificuldades ou problemas que esse grupo enfrenta no seu dia-a-dia.

### **1.1.3. Famílias Carenciadas**

Em relação ao conceito de famílias carenciadas recorreremos as definições dadas pelos seguintes autores: Sousa et al (2007:15) entendem que famílias carenciadas são aquelas que vivem problemas graves de longa duração, em que verifica-se momentos ou fases de crises, num contexto de escassos recursos materiais e emocionais. Contudo, essas famílias fazem de tudo para tentar resolver os problemas, mantêm fortes laços familiares e apresentam-se como resilientes, pois, vão sobrevivendo em contexto que diariamente os debilitam.

De acordo com Nhantumbo (2007:17), famílias carenciadas são aquelas que têm um fraco poder de compra, baixa renda, vivem na periferia da cidade, em condições vulneráveis, com carência de serviços básicos de saúde, habitação adequada, água, electricidade e saneamento do meio ambiente. Essas famílias carenciadas dependem basicamente do mercado para a sua alimentação diária, aquelas em que o cabaz necessário a sua alimentação absorve a maior percentagem dos seus orçamentos. Assim elas são obrigadas a sacrificar outras despesas não menos importantes, como a educação dos filhos e a saúde em prol da satisfação de suas necessidades alimentares.

Deste modo, pode-se afirmar que as famílias carenciadas, devido à sua situação de extrema pobreza, são obrigadas a deixar para o segundo plano, despesas não menos importantes como a educação dos filhos e a saúde, no sentido de responder às necessidades alimentares, para tal são adoptadas diversas estratégias com vista alcançar esse objectivo.

## **1.2. Quadro Legal sobre os Direitos da Criança em Moçambique**

A Convenção sobre os Direitos da Criança, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança e outros instrumentos a nível internacional e regional, apresentam uma ampla análise da necessidade de protecção da criança. Esses instrumentos jurídicos reconhecem que as crianças são vulneráveis a violações dos seus direitos humanos básicos, e, conseqüentemente, concedem-lhes o direito fundamental à protecção jurídica e social, antes e após o nascimento. O dever de protecção das crianças recai tanto sobre entidades públicas como privadas, que têm a responsabilidade de proteger meninos e meninas de violência, abuso, exploração e negligência, incluindo separação desnecessária do seu ambiente familiar, e dos efeitos de situações de emergência, através de sistemas e serviços legislativos, sociais e administrativos apropriados<sup>1</sup>.

Entre as várias formas de maus tratos e abuso que ameaçam as crianças, encontram-se o abuso e a exploração sexual, o tráfico, trabalho perigoso, violência, viver ou trabalhar nas ruas, deficiência, SIDA, e práticas prejudiciais como o casamento prematuro, a falta de acesso a uma justiça amiga da criança, a separação e a institucionalização desnecessárias, entre outros. Um ambiente protector para as crianças apoiado por um sólido sistema e infra-estruturas de protecção, é uma abordagem baseada em direitos para impulsionar o progresso do desenvolvimento humano e económico, melhorando a saúde, a educação e o bem-estar das crianças bem como as capacidades que estão a desenvolver para serem pais, cidadãos e membros produtivos da sociedade<sup>2</sup>.

Pelo contrário, um sistema de protecção da criança difuso e fragmentado agrava a pobreza, a exclusão social e a susceptibilidade à infecção pelo HIV, aumentando também a probabilidade de sucessivas gerações virem a enfrentar riscos semelhantes. De acordo com o Conselho de Ministros (2012:30), os principais ministérios de Moçambique responsáveis pela educação, fortalecimento e manutenção de um sistema de protecção da criança são:

---

<sup>1</sup> Unicef (2010:141)

<sup>2</sup> Idem

- O Ministério da Mulher e da Acção Social;
- O Ministério da Justiça;
- O Ministério do Interior e os
- Tribunais judiciais.

Todos os ramos do Governo, a Sociedade Civil e as organizações internacionais, juntamente com os sistemas informais, como as famílias e as comunidades, têm a responsabilidade de cooperar, coordenar e colaborar para nutrir e sustentar os esforços de protecção dos direitos das crianças. A UNICEF (2010:142) avança que embora se tenham registado importantes avanços na protecção dos direitos das crianças em Moçambique, muito ainda há a alcançar: aumentar o acesso das crianças a serviços sociais básicos de protecção e outros, harmonizar as ferramentas de monitoria para melhorar a recolha e análise de dados para o acompanhamento e planificação efectiva do bem-estar das crianças ao longo do tempo, e fortalecer as capacidades dos ministérios relevantes.

O grande objectivo é o desenvolvimento de uma abordagem sistémica e robusta à protecção das crianças que torne os ministérios mais responsáveis e melhore a coordenação entre eles nos diversos níveis administrativos para proteger de forma eficaz as crianças. É necessário que se concentrem também esforços na sensibilização, a todos os níveis da sociedade, incluindo crianças, famílias e comunidades, para os direitos das crianças e a obrigação de todos os intervenientes de promover a protecção da criança UNICEF (2010:142).

### **1.2.1. Reforma Legislativa**

O Conselho de Ministros (2012:31), afirma que o amplo pacote de legislação, aprovado em 2008, demonstra o compromisso do Governo de Moçambique para com a protecção dos direitos da criança e o melhoramento da situação das crianças e mulheres vítimas de violência, abuso e exploração. Para além disso, foram criados quatro tribunais especializados para menores, visando reduzir o atraso de decisões judiciais pendentes e melhorar as capacidades do sistema judicial para gerir de maneira eficaz, os casos de crianças em conflito com a lei e melhorar a protecção dos direitos da criança.

Também o Ministério do Interior, no âmbito dos serviços policiais para proteger os direitos das crianças e mulheres, tem vindo a criar e racionalizar procedimentos-padrão bem como a aplicar abordagens mais sistemáticas. Foi ainda criado pelo Ministério da Mulher e da Acção Social, em 2009, um grupo de trabalho multisectorial para prevenção da violência

contra as crianças, na sequência do Estudo das Nações Unidas sobre a Violência e do III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, onde o Governo reconheceu a necessidade urgente de uma abordagem multisectorial de prevenção e resposta à violência contra crianças e da criação de um sistema de encaminhamento para assistência às vítimas (UNICEF, 2010:143).

Os sistemas nacionais de protecção da criança eficazes começam por políticas e regulamentos concebidos para defender os direitos da criança em todas as circunstâncias. A falta de um quadro de políticas adequadas agrava a vulnerabilidade da criança e aumenta a probabilidade de lhe ser negada uma série de direitos que vão para além dos estritamente associados à protecção. A responsabilidade de respeitar, proteger e cumprir direitos é compartilhada por vários actores, mas é o Estado o primeiro garante de direitos seja nos termos do direito internacional, seja nos termos da Constituição moçambicana.

Na perspectiva do Conselho de Ministros (2012:32), o Estado deve e tanto quanto possível, garantir que exista protecção na lei, criar e fortalecer instituições eficazes para fazer cumprir a lei e trabalhar com a sociedade civil e o sector privado na promoção de valores e práticas positivas para melhorar a eficácia da protecção legal. Com a aprovação de três instrumentos – a Lei da Criança, a Lei da Justiça Juvenil e a Lei sobre a Violência Doméstica – promoveu-se um Sistema de Protecção da Criança nacional efectivo, cujo quadro tem vindo a ser desenvolvido. Outras medidas que vêm sendo adoptadas pelo Governo são a criação do Conselho Nacional da Criança e da Comissão de Direitos Humanos e do Parlamento Infantil, bem como a sensibilização para as questões de direitos da criança nos *médias*. Foram criados em cinco províncias, tribunais de menores para fortalecer a protecção das crianças em conflito e em contacto com a lei (UNICEF, 2010:143).

Segundo o Plano Nacional de Acção para a Criança II (2012:29), Moçambique ratificou diversos importantes instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos sobre a protecção da criança, o que reflecte o compromisso do Governo para com a harmonização da legislação nacional com as normas internacionais. A Constituição de 2004 estabelece claramente que todas as acções relativas às crianças, empreendidas tanto por entidades públicas como por instituições privadas, devem considerar o melhor interesse da criança, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança.

De acordo com a UNICEF (2010:143), a Constituição define os contornos do quadro jurídico e de políticas concernentes às crianças. As políticas e os programas de protecção social têm-se revelado eficazes na resposta às necessidades das famílias e crianças vulneráveis, uma vez que a protecção social desempenha um papel fundamental na redução da pobreza, superação da exclusão social e constituição de capital humano para se atenuarem os riscos enfrentados por grupos vulneráveis, particularmente crianças e suas famílias.

Várias formas de política de protecção social existiram em Moçambique desde 1975, variando ao longo dos anos, o papel pretendido para o Estado, desde o de ambicioso provedor de todos os serviços (após a independência) até ao de fornecedor marginal de regimes de pensões extremamente limitados, ajuda de resposta a situações de emergência e subsídios alimentares para idosos (Ibid:144).

Nos últimos anos, no entanto, tem-se dado uma atenção mais centrada no reforço da protecção social em todo o país, começando a reconhecer-se a importância da protecção das crianças vulneráveis no diálogo sobre políticas nacionais. Além disso, os sectores de Saúde e Educação têm programas específicos para crianças com necessidades específicas (serviços de saúde gratuitos para crianças menores de cinco anos e crianças padecendo de desnutrição, e apoio em material educativo para crianças vulneráveis).

Como se pode verificar, Moçambique é um dos países signatários da Convenção Sobre os Direitos da Criança desde 1990. Em 1994 ratificou este instrumento comprometendo-se, deste modo, a garantir os direitos de todas as crianças moçambicanas, assegurando um bom início de vida, um crescimento saudável com acesso aos serviços básicos de educação, saúde, água e saneamento, convivência familiar e comunitária e a participação em questões que lhes diz respeito.

### **1.3. Causas da Mendicidade Infantil**

Existe uma série de causas da mendicidade infantil e que apresentam uma estreita relação entre si. No entanto, neste trabalho, destacamos as seguintes: a pobreza; as migrações; a falta de acesso a educação e as tradições culturais e religiosas. Para que a mendicidade infantil em Moçambique possa ser reduzida, é importante que todas essas causas sejam abordadas e não apenas uma delas.

### **1.3.1. A Pobreza**

O trabalho aponta a pobreza como uma das principais causas da mendicidade infantil. A pobreza também é dada como a causa do tráfico de crianças para mendigar, bem como para outros fins em outros lugares do mundo. Nhantumbo (2007:25) afirma que devido à pobreza que assola as famílias necessitadas, e à crescente necessidade de todos os membros se envolverem no aumento da renda familiar, as crianças são impelidos a entrar precocemente na vida “laboral” como forma de aumentar a renda e, daí, satisfazer as necessidades básicas desses agregados.

Por sua vez Guluve (2016:21), entende que a pobreza e a vulnerabilidade não são realidades internamente homogêneas. Os níveis de pobreza e de vulnerabilidade variam de acordo com a composição dos agregados familiares, com factores socioculturais e de acordo com o território. Em termos de composição dos agregados familiares, aqueles que têm maior dimensão e que apresentam níveis de dependência mais elevados, têm maior probabilidade de se encontrarem mais pobres, algumas famílias são obrigadas, de certa forma, a aliarem-se à mendicidade, para poderem sobreviver, arrastando crianças e adolescentes para pedirem esmola no centro da cidade, concretamente nas lojas, nos semáforos e nas entradas das igrejas.

Perante os posicionamentos acima evidenciados pelos autores, fica claro que existe um consenso a respeito do papel preponderante desse aspecto (pobreza) como determinante da mendicidade infantil. O baixo nível de renda dos adultos é muitas vezes insuficiente para assegurar a sobrevivência da família, levando crianças e adolescentes a ingressar precocemente no “mercado de trabalho”, sobretudo em empregos não formais, com actividades pouco qualificadas e sem perspectivas profissionais.

### **1.3.2. As Migrações**

Geralmente, as crianças que praticam a mendicidade, não são originárias de lugares onde vivem e exercem esta actividade. De acordo com Delap (2009:36), as famílias saem das zonas rurais, dirigem-se aos centros urbanos, onde está concentrada a maior parte das infra-estruturas (hospitais, escolas, universidades e postos de trabalho) e onde acredita-se existirem maiores oportunidades em relação ao campo. No entanto, quando chegam na cidade, são surpreendidas com o alto custo de vida e pela pobreza. Sem margem de manobra, vêem-se obrigadas a abraçar a mendicidade, como alternativa para fazer frente às dificuldades diárias.



Muitas vezes as migrações são causadas pelas calamidades naturais, guerras, e a degradação da vida nas zonas rurais. Moçambique, tal como acontece em outros países menos desenvolvidos, não escapa desta situação, e a Cidade de Maputo tem sido o principal destino dos fluxos populacionais internos, o que contribui para a prática da mendicidade (Loforte apud Djedje, 2013:28). Perante esta situação, Araújo (1997), avança que:

*“A guerra apresenta-se como um dos principais factores de maior significado para o actual estado de saturação das cidades onde acentua-se o êxodo rural do campo para as cidades, tendo lançado muitos camponeses para fora das suas zonas de origem e tendo como consequências fortes concentrações de populações nas cidades”* (p, 22).

De acordo com o extracto acima exposto, Moçambique, após a independência é marcado pela guerra civil (1976-1992) entre o Governo da Frelimo e a Renamo. Este conflito teria contribuído para a deslocação massiva da população do campo para as cidades, sobretudo nos finais da década oitenta (80) e início da década de noventa (90), tendo levado a um crescimento rápido da população nos centros urbanos, e criando pressão sobre as zonas afectadas pelo processo de migração campo - cidade, tal é o caso da Cidade de Maputo. Esta Cidade, foi assumindo características marcantes, em termos de povoamento. Segundo o Relatório do INE (1998:8), Maputo tem uma população total de 966.837 habitantes, destes, cerca de 462.535 vivem na pobreza absoluta.

### **1.3.3. A Falta de Acesso a Educação**

A alternativa à mendicidade é frequentar a escola. No entanto, pode ser difícil para alguns pais mandarem seus filhos para a escola se precisarem pagar taxas escolares e outras despesas (uniformes, materiais escolares). Se não tiverem condições de pagarem esses gastos, seus filhos não frequentam uma escola e, em muitos casos, terminam na mendicidade para ajudarem as suas famílias (Nippierd, Louis & Vandenberg, 2007:16), de igual modo, é importante, que a educação seja adequada para que as crianças possam realmente aprender. Se os pais apercebem-se que os seus filhos não recebem uma educação adequada, estariam menos dispostos a mandá-los para a escola.

É possível também que os pais sintam que a educação não aumenta as perspectivas de que seus filhos encontrem um bom emprego, devido à natureza do mercado de trabalho, que envolve diversas formas de discriminação. Além disso, alguns pais consideram que seus filhos precisam ter apenas um certo nível de escolaridade.

Nessa lógica, é possível verificar que o descrédito que a educação tem no seio das famílias carentes, associada a crescente necessidade que as mesmas têm de obtenção de dinheiro rápido para o seu sustento pode levar a entrada da criança na mendicância (Nhantumbo, 2007:25).

#### **1.3.4. As Tradições Culturais e Religiosas**

As tradições culturais podem estar profundamente enraizadas em algumas sociedades, e têm grande influência sobre os membros da mesma. Determinadas culturas e tradições parecem apoiar ou pelo menos aceitam a mendicância infantil. Neste caso as crianças são obrigadas a mendigar por suas famílias. Delap (2009:40) afirma que alguns pais falam da mendicância como uma actividade “tradicional” que é quase inevitável, pois passa de geração em geração. Naturalmente que, uma “tradição” de mendicância é diferente de usar a criança para mendigar, embora seja provável que a aceitação da mendicância em geral fará com que as crianças sejam mais vulneráveis a esta forma de exploração. É nesse contexto que Miranda (2011) sustenta que:

*“O mito de que a ocupação produtiva de crianças e adolescentes é uma alternativa melhor frente à criminalidade e à miséria, além de ser visto como um importante elemento de socialização na infância, constitui-se, enfim, num factor cultural que estimula a inserção da criança e do adolescente no “mercado de trabalho”, sendo talvez um dos maiores obstáculos no processo de eliminação dessa ferida social” (p, 19).*

Contudo, fica claro que os padrões culturais e comportamentais estabelecidos nas classes populares, levam à construção de uma visão positiva em relação ao “trabalho de crianças e adolescentes”. “O trabalho” precoce é valorizado como um espaço de socialização, onde as crianças estariam protegidas do ócio, da permanência nas ruas e da marginalidade. No que se refere às tradições religiosas, Capurchande citado por Guluve (2013:18) afirma que nas sextas-feiras, existe uma grande prevalência de jovens e crianças em massa, sobretudo, nos estabelecimentos comerciais em busca de sobrevivência. Estes comerciantes (muçulmanos) consideram a sexta-feira como o dia sagrado e, é justamente neste dia que todo o muçulmano deve realizar as boas acções, tais como a caridade aos necessitados, como forma de solidariedade para com as pessoas que vivem em situação difícil. Na mesma perspectiva Capurchande (2004), afirma que:

*“A sexta-feira é um dia sagrado. O profeta Muhamad disse: “ o melhor dia no qual o sol nasceu é a sexta-feira. Nele Adão foi criado e nele entrou no paraíso, e nele saiu do paraíso e, somente numa sexta-feira há um momento que se o muçulmano passar orando, o que solicitar a Deus, ele o dará “ (p.40).*

Nessa lógica, os comerciantes muçulmanos, ao darem esmola neste dia procuram sobretudo cumprir com um dos princípios básicos enraizados nos ensinamentos da própria religião, que é de dar assistência aos necessitados, praticando deste modo as boas acções precisamente às sextas-feiras, por este ser um dia sagrado. Analisando este fenómeno, chegamos à conclusão de que a caridade islâmica contribui para a constituição de formas específicas de mendicidade. Na mesma perspectiva Djedje (2013:19) avança que esta caridade que acontece precisamente nas sextas-feiras, pode contribuir para o aumento da pobreza dos praticantes da mendicidade, isto porque os mendigos só pensam na esmola ou em receber, não em outras actividades para o seu sustento implicitamente ensina-lhes a não dependerem complementemente deles mas, dos contribuintes que estimulam a ganhar sem trabalharem.

Em jeito de desfecho no que diz respeito às causas da mendicidade infantil em Moçambique, podemos referenciar que elas são várias, e que de algum modo estão atreladas à pobreza e à falta de oportunidades de educação. Sendo a falta de um emprego formal por parte do responsável do menor associado ao alto custo de vida as mais apontadas (Nhantumbo, 2007:24).

#### **1.4. Tipos e Formas de Mendicidade Infantil**

De acordo com o relatório *Typology and Policy Responses to Child Begging in the EU* apud Santos (2014:10), distinguem-se dois tipos de mendicidade, consoante as actividades associadas a este sector: mendicidade clássica e as actividades auxiliares à mendicidade. A mendicidade clássica é definida como pedir dinheiro evocando piedade ou referindo uma circunstância específica (ex: necessidade de dinheiro para comprar o bilhete do autocarro), sem oferecer nada em troca. Por outro lado, são consideradas como actividades auxiliares à mendicidade a oferta de “produtos ou serviços simbólicos em troca de uma doação monetária.

Por seu turno, a EAPN (2015:4), acrescenta que esta oferta de produtos ou de serviços distingue-se de um mercado de economia informal onde, por exemplo, vendedores ambulantes percorrem espaços públicos e espaços de restauração, vendendo produtos ou prestando serviços. Nestes casos, a venda de produtos e serviços implica a existência de um preço atribuído, mesmo que este possa ser negociado. Nas actividades auxiliares à mendicidade, pelo contrário, permanece um apelo à piedade junto dos transeuntes pelas condições de pobreza ou exclusão social extrema vivenciadas pela pessoa em causa e a oferta

de produtos ou de serviços não está associada a um preço (fixo ou negociável), mas sim a uma doação.

No que tange as formas de mendicidade infantil, são identificadas três que são: a directa, a indirecta e os casos em que as crianças são induzidas à situações de mendicidade. De acordo com Meneses & Lourenço (2000:26), a forma directa verifica-se quando o próprio necessitado se disponibiliza para a prática da mendicidade. Contudo Santos (2014:45), entende que esta forma é menos usual, pois relaciona-se com a actividade efectuada por crianças da rua, não acompanhadas, que não se encontram enquadradas em nenhum ambiente familiar e que dormem na rua, em pensões, em carros ou casa abandonadas. Nestes casos, a mendicidade é uma das práticas efectuadas para a sua sobrevivência na rua.

No contexto da mendicidade indirecta ou forçada, Delap (2009), considera que as crianças podem ser forçadas a mendigar por terceiros (*máfias* ou redes criminosas<sup>3</sup>, família alargada, amigos da família, entre outros), Santos (2014:44) acrescenta que as crianças encontram-se acompanhadas ou vigiadas por adultos com quem, muitas vezes, parece não existir nenhum vínculo familiar.

#### **1.4.1. Indicadores de Situações de Mendicidade Infantil Forçada**

De acordo com a OTSH (2013:10), os indicadores de uma situação de mendicidade forçada envolvendo crianças são:

- Não ter acesso aos respectivos pais ou tutores legais;
- Viver, como membros do grupo de crime organizado, com adultos que não são os respectivos pais;
- Não ter acesso à educação;
- Parecer intimidadas e comportar-se de uma forma que não corresponde ao comportamento típico das crianças da sua idade;
- Não ter tempo para brincar;
- Viver separadas de outras crianças e em instalações sem condições;
- Apresentar sinais de maus tratos/ negligência;
- Apresentar deficiências físicas que aparentem ser o resultado de mutilação.

---

<sup>3</sup> Evidências sugerem que as crianças são traficadas para mendigar por redes ou gangues em todo o mundo. Por exemplo, foi relatado que na China, adultos forçam crianças de rua a mendigarem, e às vezes quebram seus braços ou pernas para evocar mais piedade (Delap, 2009:16)

Os indicadores acima descritos, não constituem prova da existência de mendicidade forçada, mas são um ponto de partida para a sua sinalização. Eles podem ajudar a identificar uma situação de tráfico de crianças para a exploração laboral, também aplicáveis nos casos de mendicidade forçada.

Por fim, uma terceira forma de mendicidade infantil, o fenómeno mais clássico de mendicidade, refere-se a uma mendicidade feita por crianças e que se encontram em famílias com elevados níveis de pobreza e exclusão social, associadas também a famílias desestruturadas e com consumos problemáticos, que acabam por encarar estas crianças como fontes de rendimento. Nestes casos, Delap (2009) considera que são utilizadas técnicas que ultrapassam as técnicas normais e aceitáveis de disciplina familiar, incluindo o uso ou ameaça da violência ou coerção psicológica.

### **1.5. Instituições da Acção Social no Combate a Mendicidade Infantil em Moçambique**

Segundo Guluve (2016:13), no ano de 2011, a Direcção da Mulher e da Acção Social da Cidade de Maputo em coordenação com a Delegação do Instituto Nacional da Acção Social da Cidade de Maputo e o Ministério da Mulher e da Acção Social, organizou vários encontros de reflexão sobre o fenómeno de Mendicidade no sentido de se estudarem novos mecanismos para a sua prevenção. Neste processo, foi revista a metodologia aplicada no trabalho realizado no intervalo de 2008 a 2010, foi definida uma nova perspectiva de intervenção baseada em campanhas de sensibilização, consciencialização da sociedade em geral, identificação e reunificação familiar dos praticantes da mendicidade e criança da rua.

A ideia fundamental é fazer com que os agentes económicos que têm algo a dar às famílias carenciadas não o façam à porta das lojas, mas sim canalizar os bens e/ou dinheiro aos centros abertos, onde todos os necessitados irão recebê-los, em determinados dias da semana. O facto visa evitar a proliferação de mendigos que se verifica sobretudo às sextas-feiras junto a estabelecimentos comerciais da capital e na via pública. Na sequência da extinção do GAPVU, em 1997, que havia sido criado pelo Decreto nº16/93 de 25 de Agosto de 1993 com o fim de proceder a distribuição do subsídio de alimentação, é criado o INAS (Instituição de natureza pública subordinado ao MMAS), através do Decreto-lei 28/97. É este órgão que encabeça, coadjuvado por outras instituições do Estado, a RNAS (Ibid:14).

Na percepção de Guluve (2013:14), o INAS objectiva entre outras acções, a implantação de programas de assistência e de promoção do desenvolvimento com vista à redução da mendicidade infantil no país. A instituição definiu dentro o universo da população

alvo, crianças em situação difícil, especificamente mendigos. Por via disto, o MMAS, (órgão de tutela do INAS e fiscalizador da RNAS), concebe políticas, elabora planos gerais e regionais, desenha estratégias de coordenação, formação, organização e orientação de redes de coordenação entre diferentes parceiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar as actividades do sector, e promover a pesquisa para a sua acção e tomada de decisão com vista a combater vários males sociais, que enfermam a criança.

A RNAS é composta por programas e fundos geridos por diferentes instituições estatais conforme a descrição que se segue: Programa Subsídio de Alimentos (PSA) - garante a prestação de apoio sócioeconómico directo, através da atribuição de um subsídio mensal a pessoas permanentemente incapacitadas para o trabalho, excepto mulheres grávidas mal nutridas, cuja assistência termina seis (6) meses após o parto, passando para os programas de desenvolvimento caso se mantenha o programa nutricional.

Programa Apoio Social Directo (PASD) - é um programa de assistência social, que visa atender situações que exigem uma intervenção imediata, e é destinado a pessoas que se encontram num estado de pobreza absoluta, que por si só não são capazes de encontrar mecanismos, meios materiais ou financeiros para a satisfação das suas necessidades básicas.

Programa Benefício Social pelo Trabalho (PBST) – consiste em criar um ambiente de socialização para indivíduos ou grupos de indivíduos em estado de pobreza absoluta comprovada e com capacidade para o trabalho, promovendo oportunidades de reinserção sócio económica e cultural, em actividades produtivas para o seu auto-sustento, numa perspectiva de desenvolvimento humano e com carácter transitório (Ibid:15). Os programas acima arrolados são implantados pelo INAS, os dois primeiros caracterizados como assistências e o ultimo como sendo de promoção e de desenvolvimento.

### **1.5.1. Centros Comunitários Abertos**

De acordo com DMAS (2011:14), num esforço coordenado entre o Governo da Cidade de Maputo, as Organizações da Sociedade Civil e as instituições religiosas, foi criado um quadro institucional para a implementação da estratégia de atendimento da população da e na rua, a nível das comunidades. Esta estratégia, consiste na criação dos Centros Comunitários Abertos para o atendimento da pessoa idosa e dos Centros de Acolhimento da criança para o seu atendimento. Todavia, nos locais onde se concentra maior número de pessoas idosas e de crianças da/na rua, assim como de outros cidadãos praticando a mendicidade, em 2009 o governo facilitou o funcionamento de três Centros Comunitários

Abertos que atenderam, 300 idosos, e de 51 Centros de acolhimento dos quais 37 centros em regime aberto e 14 centros em regime fechados que acolheram um total 11.496 crianças vulneráveis, sendo 5.921 do sexo masculino e 5.575 do sexo feminino.

**Figura 1:** Centro Comunitário Aberto de Magoanine “C”.



Fonte: Tirada pelo autor no dia 10/05/2017

Contudo, estes centros garantem assistência às crianças, através da satisfação das necessidades básicas, a desigualdade no acesso a bens e serviços na cidade coloca em discussão a natureza e a qualidade do conflito social, que está relacionado directamente a capacidade dos grupos sociais de se constituírem enquanto sujeitos sociais.

Na mesma perspectiva, o Conselho Municipal da Cidade de Maputo (2016), aprovou a 30 de Maio de 2016, a Postura Municipal Para o Combate à Mendicidade, que se fundamenta na Política da Acção Social, na esperança que seja um instrumento que contribua para a redução da prática da mendicidade na Cidade de Maputo. A postura Municipal visa regular o comportamento da sociedade sobre a maneira e as modalidades de prestação e canalização de apoios aos mendigos, na Cidade de Maputo, aplica aos mendigos e aos agentes promotores da

mendicidade no Município de Maputo. O objectivo final é controlar a movimentação desordenada de mendigos, facilitar a programação e realização de acções de apoio bem como reduzir o risco a que os mendigos se encontram expostos. O mesmo documento, no seu capítulo 3 do Artigo 11 no âmbito da sua aplicação, proíbe:

- A circulação de mendigos pelas artérias da Cidade de Maputo pedindo esmola;
- A oferta de esmola na via pública por automobilistas;
- A distribuição de qualquer tipo de apoio aos necessitados à porta de estabelecimentos comerciais, de hotelaria, de restauração, locais de culto e outros, sendo que constituem infracções;
- A oferta de esmola em locais de culto sem prévia autorização.

De acordo com Guluve (2016:16), no âmbito da implementação da Postura, as competências estão devidamente hierarquizadas a partir da base até ao topo, isto é, chefe do quarteirão que identifica e encaminha os praticantes, bem como os potenciais praticantes de mendicidade na sua área de jurisdição. O secretário do Bairro, o Vereador do Distrito Municipal, o Vereador do Pelouro que superintende a Área de Acção Social que tem a missão de coordenar as campanhas de angariação e registo de agentes de solidariedade a nível do Município de Maputo.

### **1.5.2. Papel da Sociedade Civil no Combate a Mendicidade Infantil**

A sociedade civil desempenha um papel importante na solução dos problemas das crianças, contudo, as acções realizadas pela sociedade civil devem estar em estreita coordenação com o Governo, de modo a assegurar a sua implementação. Segundo a OIT (2013:61), a RCAC é uma rede nacional de jornalistas, comunicadores e profissionais de comunicação social que se dedicam inteiramente ou têm particular interesse em reportar e documentar assuntos relacionados com a criança, cuja constituição iniciou em 2007, fruto de uma parceria entre o MISA – Moçambique e UNICEF, no quadro do programa ASDI/UNICEF que reúne um total de 12 organizações da sociedade civil que trabalham em prol da promoção e protecção dos Direitos da Criança em Moçambique.

Ainda na perspectiva da OIT (2013:61), a criação da Rede, assenta na consciência de que os *Medias* podem desempenhar um papel decisivo na defesa da adopção e da implementação de legislação e de políticas eficazes para o desenvolvimento harmonioso das crianças, bem como da sensibilização pública para a satisfação plena dos seus direitos. Tem como parceiros o MISA-Moçambique e a UNICEF.



Fórum nacional das rádios comunitárias (FORCOM), é um fórum nacional de 48 rádios comunitárias que surgiu em 2004 com o objectivo de melhorar a coordenação e o trabalho realizado pelas rádios comunitárias. O FORCOM mobiliza as comunidades através dos seus programas radiofónicos, incluindo programas de criança para criança, visando promover, proteger e realizar os direitos da criança. Para além do apoio dos seus membros, e dos seus parceiros, desencadeiam acções de marketing social e de angariação de fundos para financiamento das suas actividades (OIT, 2013:63).

Pretende representar e defender os interesses das Rádios Comunitárias na base de uma coordenação efectiva das necessidades e intervenções de todos os membros filiados no fórum. Este, procura igualmente a promoção da participação da criança, contribuindo para o estabelecimento de sistema de vigilância baseado na comunidade para prevenir a violência, o abuso e a exploração das crianças. O FORCOM desenvolve um projecto “Voz da Criança na Comunidade” financiado pela UNICEF<sup>4</sup>. Em relação a este assunto, podemos afirmar que para sensibilizar a comunidade sobre os efeitos positivos de investimento na infância, as rádios como outros meios de comunicação constituem estratégias extremamente importantes.

---

<sup>4</sup> Ibid: 64

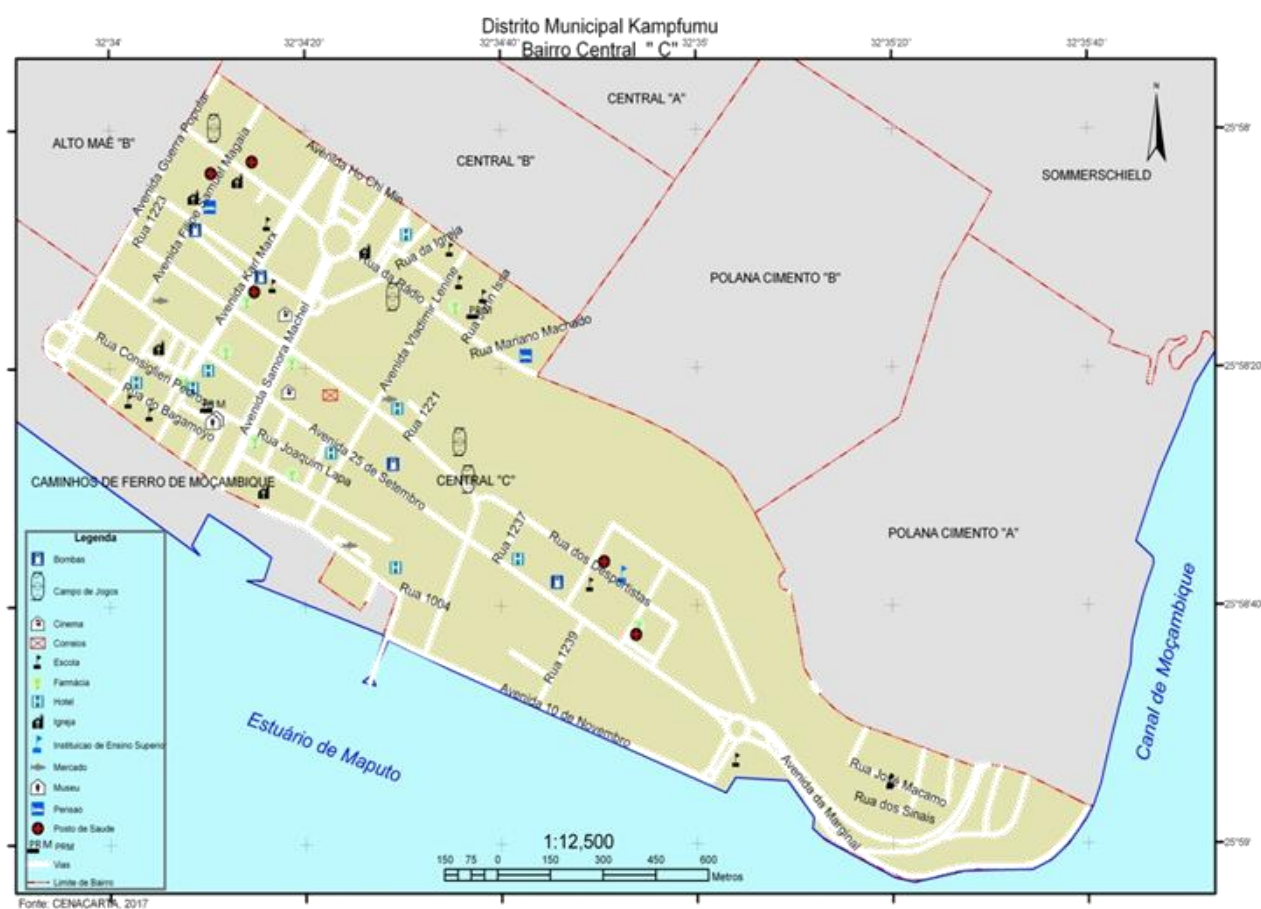
## CAPÍTULO II: MENDICIDADE INFANTIL NO BAIRRO CENTRAL “C”

Este capítulo descreve a mendicância infantil no Bairro Central “C”, tendo em conta a localização geográfica do Bairro Central “C”, os aspectos gerais do Bairro, a mendicância infantil no Bairro, os locais de proveniência e permanência dos “mendigos infantis” e por fim o género e idade dessas crianças.

### 2.1. Localização Geográfica do Bairro Central “C”

De acordo com o Calendário Fiscal do Conselho Municipal da Cidade de Maputo (2016:25), o Bairro Central “C”, localiza-se na zona mais baixa da Cidade de Maputo, no Distrito Municipal KaMpfumu. O bairro, faz limite a Norte com o Bairro Central “B”, separados pela Av. Ho Chin Min, a Sul é limitado pela Baía de Maputo, a Oeste pelo Bairro do Alto Maé “B”, separados pela Av. Guerra Popular e a Este pelo Bairro Polana Caniço “B” separados pela Av. Amílcar Cabral, prolongando pela Av. Patrice Lumunba, até as barreiras da Maxaquene entre o Jardim dos Professores e o Hotel Cardoso.

**Figura 2:** Mapa do Bairro Central “C”



Fonte: Cenacarta, 2017

## **2.2. Aspectos Gerais do Bairro Central “C”**

O Bairro Central “C” tem uma área de cerca de 8.5 Km<sup>2</sup>, uma população total de 8352 habitantes, sendo 4.067 do sexo masculino e 4.285 do sexo feminino; a densidade populacional é de cerca de 9040 habitantes/m<sup>2</sup>. O bairro é composto por 62 quarteirões, sendo 36 habitados pelos moradores e 26 ocupados por infra-estruturas económicas e sócio culturais, destacando-se 1.324 chefes de agregados familiares, 966 estabelecimentos comerciais, serviços e 768 prédios. O bairro, tem uma característica de uma grande metrópole, aliás, nele convergem cidadãos nacionais e estrangeiros e diversas culturas, costumes e tradições de diferentes partes ou cantos do nosso solo pátrio e do mundo. Concentra muitos centros de emprego, negócio, serviços de utilidade pública e de recreação, o que faz com que seja um Bairro visitado quase diariamente por milhares de pessoas. Nessa lógica o Bairro figura-se como sendo o mais privilegiado do Distrito Municipal KaMpfumu se não mesmo do país, na medida em que é nele onde se encontram, entre várias instituições e monumentos importantes do país.

O clima do Bairro Central “C” é basicamente influenciado pelo sistema de anticlones tropicais do Oceano Índico, com ventos predominantes de Este, Sul e Oeste, o que o torna num clima com certas características tropicais, mais propriamente um clima subtropical. Durante a maior parte do ano, de Setembro a Maio, a temperatura média é geralmente superior a 20° C, situando-se nos restantes meses entre os 10 e os 20° C. A estação seca a mais fresca, ocorre de Junho a Agosto, enquanto nos meses de Setembro a Maio predomina a estação quente e chuvosa. A precipitação pode atingir os 1.000 mm nos meses chuvosos.

### **2.2.1. História Colonial do Bairro Central “C”**

A história deste Bairro confunde-se com a história da Cidade de Maputo isto porque é a zona onde nasceu a cidade. De acordo com Rocha (2015:7), a chegada dos portugueses à Baía, no século XVI, não foi seguida de contactos regulares entre estes e os habitantes da zona. Nos primeiros tempos o comércio era feito nas praias e mais tarde, em acampamentos a que chamavam feitorias cercadas por paliçadas de caniço e casas de palhas, que normalmente eram abandonadas depois de terminada a troca. Os principais pontos de apoio deste comércio eram as Ilhas Xefina e dos portugueses, e também a foz do rio incomáti, então chamado rio Manhica. Foi só na primeira metade do século XIX que contactos mais frequentes e intensos se verificaram, com o estabelecimento, com carácter definitivo, de um presídio e da primeira comunidade de colonos e comerciantes portugueses que vinham ao comércio do marfim e

aqui se fixaram. Data de 1825/26 a instalação da companhia comercial de Lourenço Marques e dos seus funcionários. O local como espaço de fixação dos portugueses, começou por ser um presídio, simultaneamente feitoria e fortaleza, de pequena dimensão, a que foi dado o nome de Lourenço Marques. Foi elevada a vila em 1876 e a cidade em 1887. Em 1898, passou a ser a capital de Moçambique, que tinha sido, até esse ano, a sede política e administrativa dos estabelecimentos portugueses da África Oriental<sup>5</sup>

Ainda na perspectiva de Rocha (2015:8), as razões que levaram ao surgimento desta zona como pólo de desenvolvimento económico e um importante centro urbano há pouco mais de um século, explicam-se por um conjunto de factores relacionados com a sua localização geográfica e a sua natureza portuária. O desenvolvimento mineiro no Transvaal, o “*ultimatum inglês*” de 1890<sup>6</sup> e a persistente intenção dos ingleses de ocupação desta região, determinaram o maior interesse dos portugueses pela região, que no último quartel do século XIX se tornou de uma simples feitoria numa cidade portuária importante na África meridional.

A construção e o funcionamento regular da linha férrea que unia o porto de Lourenço Marques ao Transvaal, consolidou de forma definitiva a vocação comercial e portuária da Cidade. O presídio foi a primeira estrutura que, embora de carácter militar, constituiu o “elemento primário na estrutura urbana” do Bairro, a partir do qual se foi fazendo o assentamento urbano que deu lugar à primeira povoação fora das muralhas, localizada a norte e noroeste da fortaleza. Ao início da década de setenta do século XIX, Lourenço Marques era ainda uma pequena povoação com duas ruas paralelas, irregulares, cortadas por várias travessas (Ibid:9).

A criação da primeira povoação não obedeceu a um plano ou conjunto de regras que orientassem a ocupação do espaço. Mas pelo traçado que tem a pequena urbe, nota-se uma lógica de ocupação do espaço organizada, com as ruas correndo paralelamente à linha costeira. No levantamento cartográfico de 1879, a região tinha por limites: a norte, a rua da linha, onde passa a actual Av. 25 de Setembro, e o pântano; a ocidente, alinha costeira que passa próximo da actual rua da Mesquita; a oriente, a linha ligando o extremo da actual rua

---

<sup>5</sup> Ibid:8

<sup>6</sup> 11 de Janeiro de 1890-Ultimatum inglês exige a retirada imediata das tropas portuguesas fixadas na Mashonalândia e na região dos Macololos (Rio Shire). Esta situação acabou definitivamente com o sonho português do projecto do Mapa cor-de-rosa (Rocha, 2015).

Joe Slovo, a antiga Joaquim Lapa, com o edifício da capitania (actual INAMAR); e, a sul, pelo estuário<sup>7</sup>.

De acordo com Rocha (2015:9), em 1876 são assim mencionadas as primeiras ruas da povoação, que eram, além da rua da linha, as ruas dos Mercadores, a actual Bagamoyo, a rua da Alegria, hoje chamada de Consiglieri Pedroso, correndo em paralelo, a rua de Salamanguene, depois Joaquim Lapa, e hoje designada Joe Slovo, e nove travessas correndo perpendicularmente às principais ruas, de que são exemplos as travessas da Catembe, das Palmeiras e da Boa Morte. São ainda mencionadas as ruas da Gávea e da Botica, além da já referida praça da Picota, vulgo do Pelourinho, que separava a fortaleza da povoação.

Ainda na perspectiva do mesmo autor (Rocha, 2015:9), a praça da Picota foi, sem dúvida, o principal elemento estruturante na formação e assentamento. Embora não esteja em localização central, ela emerge, nitidamente, desde o início da povoação, como o seu verdadeiro centro, à volta da qual vão começar a aparecer os edifícios que albergavam os serviços fundamentais da vida local, nomeadamente a casa do governador, a Casa Amarela, de 1860, que é hoje o Museu da Moeda, o edifício da Alfândega Nova, a fortaleza. Com a criação da municipalidade, foi elaborado o primeiro código de posturas municipais da vila. Começaram a ser cuidadas as ruas já existentes, nivelou-se a praça, com entulho e areia, que foi depois ajardinada, dando-lhe assim a imagem de Praça-Jardim.

O progresso trouxe consigo expansão, mas também a influência britânica, que se começou a fazer sentir na esfera social, na construção e na estética arquitectural: falava-se em xelins, pagava-se em prata inglesa e as notas de banco eram libras. O estilo de influência inglesa estava presente no jardim da praça, com o seu coreto de ferro e cobertura em zinco canelado, ao centro, rodeado de quiosques sobre varadas apoiadas em colunas de ferro com beirais recortados em madeira.

Rocha (2015:11) afirma que as alterações introduzidas em 1887 modificaram a morfologia urbana, a começar pela demolição da linha de defesa que servia de limite urbano, a partir de 1900 acentuaram-se os melhoramentos no Bairro, que passou a estar dotada de infra-estruturas básicas, nomeadamente, o abastecimento de água e electricidade, telefones e transportes públicos. Nos transportes foram introduzidos os eléctricos, os *tramways*, localmente chamados *xiguruguru*, que começaram a circular em 1904. Eram de um piso e

---

<sup>7</sup> ROCHA, Aurélio. Maputo Cidade das Acácias, 2ª Edição, Maputo, Alcance Editores, 2015.

abertos em ambos os lados, mas de acordo com o clima. Em 1913 circulavam já num percurso de cerca de 12 quilómetros, cobrindo a *Baixa* e ligando esta zona à Ponta Vermelha e ao Alto Maé. Este meio de transporte, que funcionou até 1936, para além de funcional, constituía um importante atractivo turístico, face à oferta de lazer panorâmico sobre a baía e a cidade.

Entre 1900 e 1920, o Bairro encheu-se de casas térreas de alvenaria e de ferro e zinco e alguns prédios notáveis como a Estação dos Caminhos de Ferro (1913-1916), a primeira esquadra da polícia, ali junto à Casa Amarela, Avenida Buildings, a Fazenda (1903 -1904), os Correios (1903), o Mercado Municipal, a casa da Imprensa, o Consulado Britânico e o Observatório Meteorológico, os dois últimos construídos fora da parte antiga, conferindo todos uma nova imagem ao Bairro. A partir de 1910 começaram a surgir edifícios associados à vida cultural e a aspectos lúdicos, de que são exemplos o museu da cidade e o Teatro Varieté (Rocha, 2015:14).

A paisagem urbana começou a diferenciar-se claramente entre a *Baixa*, centro comercial e de serviços, e a zona alta essencialmente residencial. Outro aspecto da fisionomia da cidade era a distribuição da sua população por grupos somáticos, dando a clara indicação da segregação racial na ocupação dos espaços. Em relação a este assunto Vivet (2015:46), acrescenta que a colonização portuguesa inscreve-se na mesma ideologia das outras potências coloniais que desejavam restringir o acesso à cidade europeia às populações não brancas.

Por seu turno, Rocha (2015:19), avança que na década de quarenta começaram a surgir os primeiros prédios de vários andares, como é o caso do Prédio Fonte Azul, as casas comerciais alteraram a sua imagem, ora modernizando-se ora instalando-se em novos edifícios, lado a lado com algumas construções típicas do princípio do século, de um só piso e colunas metálicas. Na *Baixa*, mas na sequência da arquitectura típica do “Estado Novo”, tinha sido construído, em 1953, o edifício que alberga o Ministério da Indústria e Comércio, e onde esteve instalada, durante anos, a Reitoria da Universidade Eduardo Mondlane.

### **2.2.2. História Pós - Colonial do Bairro**

Segundo Rocha (2015:21), à data da independência, a cidade e a zona da *Baixa* (actual central “C”) apresentavam a mesma fisionomia que já tinha em meados do século XX, em que a paisagem urbana se diferenciava claramente entre a *Baixa*, centro comercial e de serviços, e a zona alta, cada vez mais residencial. Mantinha-se inalterada a fisionomia do Bairro no que respeita à distribuição da população por grupos somáticos e por bairros. Desde

muito cedo, a cidade foi sendo construída na base de uma divisão sócio-racial que se expressava “em diferenças nas condições naturais e ambientais de vida nos locais de residência”. Vivet (2015:53) afirma que em 1975, foram realizadas as nacionalizações, com objectivo de permitir que “o povo que tinha dado o melhor de si para construir esses imóveis, pudesse ele também ter acesso a esses imóveis.

Entre 1975 e 1980, a fisionomia da Cidade e do Bairro Central alterou-se profundamente, principalmente quanto à composição da sua população. Com as atenções do novo Estado viradas para a melhoria da vida dos habitantes dos subúrbios, mais de trinta mil pessoas passaram a ter melhores condições de vida e de habitação. A esmagadora maioria destas pessoas, oriundas dos principais bairros suburbanos, acederam à *cidade cimento*, instalando-se nas casas e prédios antes habitados por uma população portuguesa que retornara ao seu país de origem (Rocha, 2015:21).

Neste período, o crescimento populacional não foi muito diferente do que se observou em outras áreas urbanas do país. Além do crescimento natural, verificou-se um fluxo migratório campo - cidade que se foi acentuando devido ao desenvolvimento nas zonas rurais e à de crescente insegurança motivada pelo agudizar do conflito armado que marcou a vida dos Moçambicanos durante toda a década de oitenta do século passado (Ibid:23).

Contudo, esta situação fez com que a ocupação massiva de apartamento pelos cidadãos dos bairros e pelos rurais que nunca tinham vivido num apartamento contribuisse para a sua rápida degradação: as banheiras foram transformadas em plantações, os armários em capoeiras, alguns poços de elevadores em depósitos de lixo (Vivet, 2015:60).

Na óptica de Rocha (2015:24), foi só na década de noventa, sobretudo com o termo da guerra e a assinatura do Acordo de Paz a 4 de Outubro, que o Bairro ganhou novo fôlego e iniciou a sua lenta mas segura recuperação. Os anos noventa marcaram, de facto, o início de novas construções, implementando-se uma nova tipologia edificatória na área do núcleo central. Depois de 1994, a recuperação foi excepcional, com a reabilitação e reparação de edifícios, avenidas, ruas e infra-estruturas diversas, tanto públicas como privadas foram recuperadas e concluídos vários edifícios cuja construção tinha sido iniciada na década de setenta, como era o caso do edifício do Millennium Bim, na Av. 25 de Setembro.

Algo mais assinalável foi a construção de novos edifícios e residências de arquitectura modernista, do que se pode designar de estilo internacional, alterando-se profundamente, a paisagem urbana, principalmente na 25 de Setembro. Há ainda a assinalar as construções

onde é visível uma influência chinesa, cujo exemplo ilustrativo é edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, na Av. 10 de Novembro. Além de edifícios contados com actividade comercial, económica e financeira, de que são exemplos os novos edifícios do Standard Bank, na Av. 10 de Novembro do Millennium Bim e da Vodacom.

### **2.3. Mendicidade Infantil no Bairro Central “C”**

Segundo Djedje, (2013:17), a mendicidade é um dos problemas sociais que têm afectado as camadas vulneráveis entre elas os idosos, crianças e mulheres viúvas chefes de agregados familiares nos grandes centros urbanos. A Cidade de Maputo em especial o Bairro Central “C” a nossa área de estudo, não foge á regra, pois ela confronta-se no quotidiano, com esta situação. Os cidadãos estão cada vez mais a perder o dom de dar, em compensação ganham o de receber. Falar da mendicidade neste Bairro, é falar de uma actividade ou “profissão” que está a tornar se tradição, uma vez que envolve todas as faixas etárias.

A Direcção do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo (2012) sublinha que a mendicidade, não é um produto da natureza, ela resulta das relações sociais e aparece como uma espécie de “tributo que se cobra ao bem-estar, uma espécie de renda que as pessoas com dificuldades socioeconómicas entendem explorar”. A sua massificação está ligada aos “desajustes familiares”, sobretudo nas famílias com maior agregado e que não conseguem se sustentar. É frequente e habitual assistir-se no Bairro Central “C”, crianças inundando as ruas e em enormes filas a pedir esmola nas lojas.

Este "ritual" da sexta-feira tornou-se prática comum para elas. Infelizmente o que acontece é que nem todas que aparecem pedindo esmola são mendigos, pois trata-se de crianças induzidas a esta actividade. A mendicidade infantil constitui um mal social que põe em causa a dignidade social, moral e cívica das crianças e da sociedade em geral impondo-se a sua erradicação. De facto, o fenómeno da mendicidade infantil no Bairro Central “C” tem vindo a conhecer um recrudescimento como resultado de vários factores, entre económicos e sociais. Estes factores fazem com que a maioria da população se encontre a viver em situações extremas para o ser humano e que são: a indigência, a pobreza absoluta, a exclusão social.

Muchanga, Maibaze & Joaquim (2012) afirmam que a lógica da mendicidade infantil consiste em “quanto mais tempo estão na rua a pedir, mais dinheiro conseguem obter”, as crianças são usadas num sistema de rotatividade admite-se a existência de um sistema destinado a garantir a “utilização máxima da criança”. Ao frio ou ao calor, os mais pequenos



cumprem um ritual diário: enquanto uns calcorreiam ruas, percorrem cafés, abordam clientes das esplanadas e semáforos, outros aguardam sentados no chão ou ao colo de quem vive deste modo de vida.

### **2.3.1. Locais de Proveniência e de Permanência dos “Mendigos Infantis”**

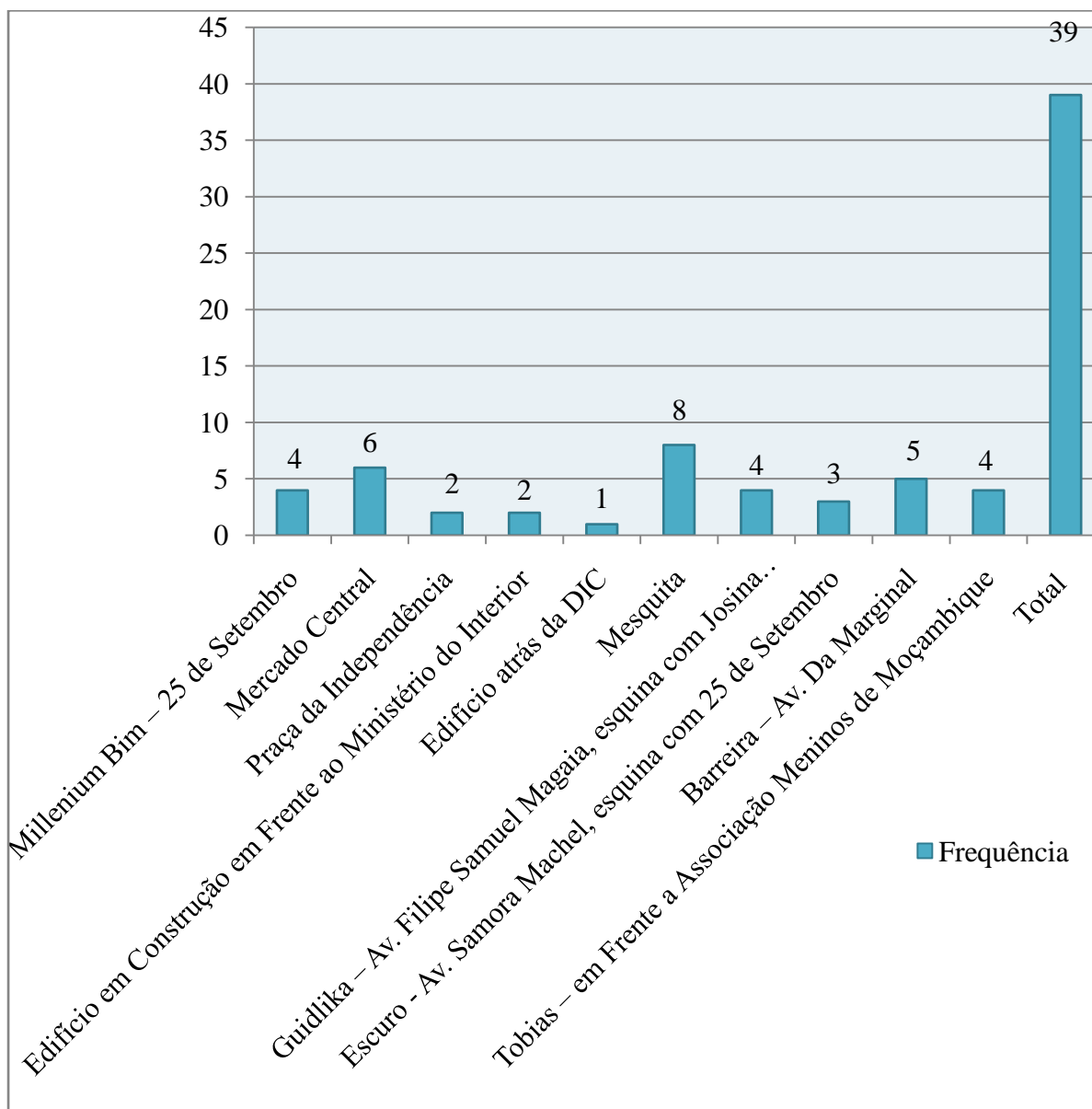
De acordo com Sixpence (2010:56), a maior parte das crianças vem de bairros suburbanos, tais como Jardim, Polana-Caniço, Mafalala, Chamanculo, Maxaquene, Luís Cabral, Magoanine, Zimpeto e Laulane. Estes bairros são considerados *outsider*<sup>8</sup> da cidade de Maputo, sendo bairros pobres, densos e com casas feitas maioritariamente de lata/chapas de zinco, embora a partir de uma pré-observação pode-se constatar uma mudança no tipo de habitação. Além das características de onde as crianças vêm, pertencem também a famílias de baixa renda, assim como famílias cujas mães divorciaram de seus pais, vivendo neste caso com suas madrastas. Além disto, provém por conseguinte de famílias extensas ou famílias em que o agregado é bastante alargado e com seus encarregados desempregados, vivendo de biscates.

De forma geral, as crianças apresentam-se sujas, com feridas e manchas, muitas delas sem chinelos, roupas rasgadas e grandes, pele seca/desidratada. São ainda grupos que se encontram expostos à rua, vivem a procura de sustento, são explorados e também aprendem a explorar. São crianças que se encontram num grande dilema, num conflito entre si mesmo e com a sociedade, devendo muitas vezes, saber conviver com a acção da polícia, que, às vezes, se torna repressora devido à pressão da comunidade (Sixpence, 2010:56).

Por fim, é na Mesquita onde se verifica a existência de uma maior proporção de situações de mendicidade infantil identificadas pela Direcção do Género, Criança e Acção Social da Cidade de Maputo entre 2010 e 2014 – 20.5%, sendo seguido pelo Mercado Central (15.3%) e pelas Barreiras com 12.8%.

---

<sup>8</sup> Bairros suburbanos da cidade de Maputo.

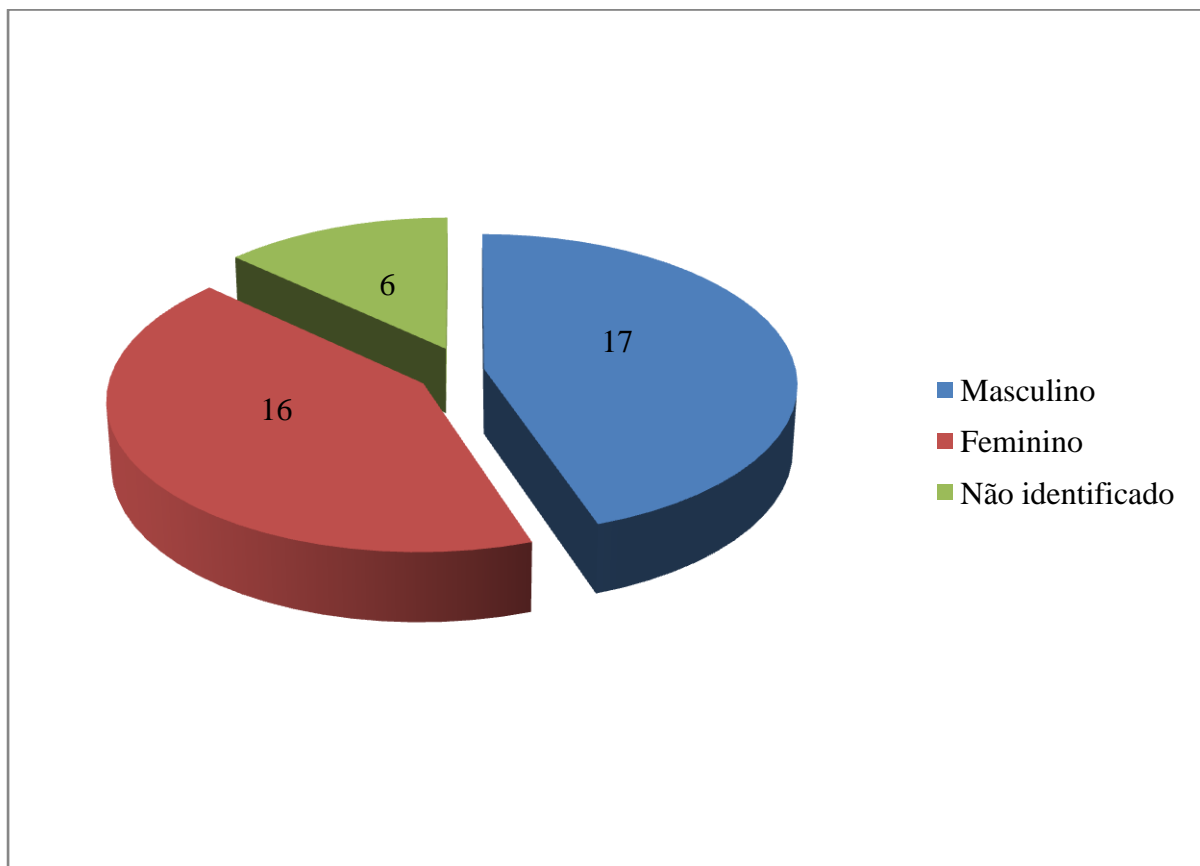
**Figura 3:** Locais de permanência dos praticantes de mendicidade (2010-2014)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações retiradas dos relatórios da DGCAS, 2012 e 2016

### 2.3.2. Género e Idade dos “Mendigos Infantis”

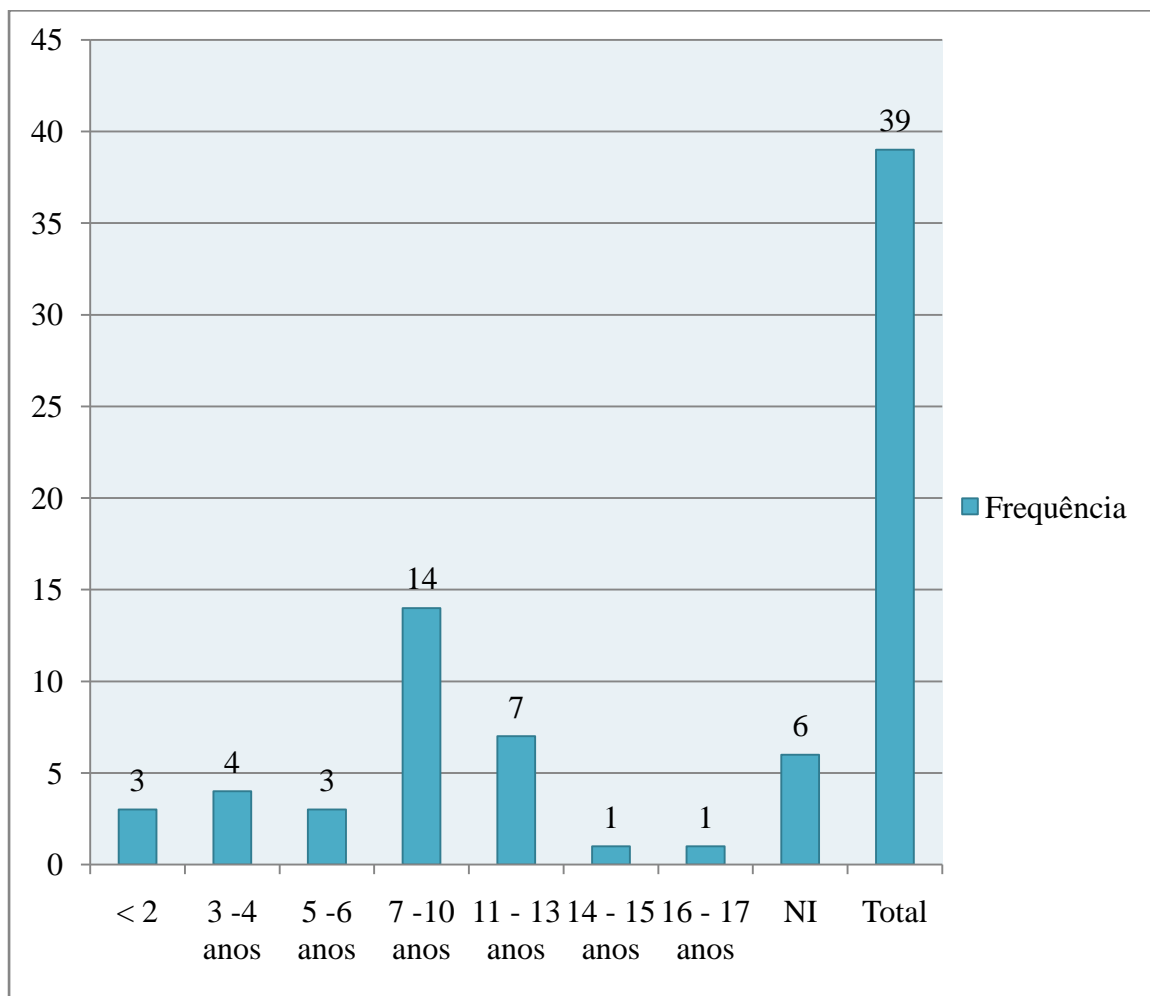
Através dos dados existentes na DGCAS, é possível efectuar uma pequena caracterização das crianças em situação de mendicidade no Bairro Central “C” no período compreendido entre 2010 e 2014. Segundo estes dados, não parece existir uma diferença significativa ao nível do género. Durante estes quatro anos, registaram-se 39 crianças em situação de mendicidade, dos quais 17 do sexo masculino, 16 do sexo feminino e 6 em situação não identificada.

**Figura 4:** Gráfico de distribuição das crianças em situação de mendicância infantil por sexo (2010-2014).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações retiradas dos relatórios da DGCAS, 2012 e 2016

No que respeita a idade, observa-se uma maior concentração de crianças nas faixas etárias dos 7 aos 10 anos (14), dos 11 aos 13 anos (7) e de 3 aos 4 anos de idade (4). De acordo com a DGCAS (2012), a faixa etária dos 7 aos 13 anos engloba 53.8% das crianças identificadas pela DGCAS. É também significativo o número de crianças em situação de mendicância até aos 4 anos de idade – 7 crianças (17.9%). Refira-se ainda a existência de 6 crianças com relação às quais não foi possível identificar a sua idade. De acordo com Muchanga, Maibaze & Joaquim (2012), estas situações reportam-se normalmente a situações de crianças de colo (não é possível perceber a idade das crianças).

**Figura 5:** Idade das crianças em situação de mendicidade infantil (2010-2014)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações retiradas dos relatórios da DGCAS, 2012 e 2016

De uma forma geral, os relatórios da DGCAS não permitem caracterizar as crianças em situação de mendicidade identificadas. No entanto, os de 2006 e 2007, possuem um capítulo dedicado a problemática da mendicidade, permitindo assim, conhecer algumas características das vítimas de mendicidade infantil identificadas nesses anos. Apesar de não ser possível afirmar a existência efectiva de uma alteração das características das vítimas ao longo dos últimos anos, os relatórios de 2006 e 2007 apontam para a existência de uma maior proporção de crianças muito novas em situação de mendicidade.

Em 2006, 30% das crianças em situação de mendicidade identificadas pela DGCAS tinha menos de 4 anos e 48.4% tinha menos de 6 anos de idade (DGCAS, 2012). Sublinhe-se ainda um elevado número de crianças em relação às quais não foi possível identificar a idade (17 crianças – 18.3% das vítimas). Em 2007, 43.9% das crianças em situação de mendicidade identificadas por esta Instituição (DGCAS) tinha menos de 5 anos.

### **CAPÍTULO III: A MENDICIDADE INFANTIL COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS CARENCIADAS**

Este capítulo analisa a mendicidade infantil como estratégia de sobrevivência das famílias carenciadas, considerando, o perfil dos “mendigos infantis”, a estrutura dos agregados familiares e ambiente que envolve os “mendigos infantis”, impacto da mendicidade na criança e na família, e por fim as actividades da acção social no Bairro Central “C”.

#### **3.1. Perfil dos “Mendigos Infantis”**

Durante a realização do trabalho de campo foi possível identificar a existência de pelo menos dois grandes grupos de crianças praticantes de mendicidade, a saber: crianças que praticam a mendicidade por conta própria e crianças que aparecem acompanhadas por familiares/responsáveis nesta “actividade”. As crianças que praticam a mendicidade por conta própria, têm idades que variam de 7 a 16 anos. Como foi referido no capítulo I, esta forma é menos usual, pois relaciona-se com a actividade efectuada por crianças da rua, não acompanhadas, que não se encontram enquadradas em nenhum ambiente familiar e que dormem na rua, em pensões, em carros ou em casas abandonadas. Fez se referencia também que nestes casos a mendicidade é uma das práticas efectuada para a sua sobrevivência na rua.

Em relação às crianças que aparecem acompanhadas por familiares/responsáveis nesta “actividade” (nosso alvo nesta pesquisa) têm idades que variam de 9 a 13 anos. Os menores estão nessas condições devido às circunstâncias e necessidades de sobrevivência causadas por situações de extrema pobreza e exclusão social, nestes casos são utilizadas técnicas que ultrapassam as técnicas normais e aceitáveis de disciplina familiar, incluindo o uso da ameaça, violência ou coerção psicológica.<sup>9</sup>

Dentro deste grupo, encontramos dois subgrupos: crianças que estão na Mendicidade a frequentarem uma instituição de ensino, onde as classes variam de 4<sup>a</sup> a 7<sup>a</sup>, e que devido a sua participação na mendicidade, não vão com frequência a escola, o que de certa forma prejudica o seu aproveitamento. E crianças que simplesmente não estudam. São crianças que geralmente não são originárias de lugares onde vivem e exercem a mendicidade.

---

<sup>9</sup> Vide capítulo I.

Em relação à participação da criança na mendicidade, quisemos saber delas que trabalhos faziam nesta “atividade” (tipo de mendicidade), as crianças foram unânimes em responder que só pediam esmola, como podemos testemunhar nas declarações que se seguem:

*“Peço esmola nas lojas e nos semáforos”* (entrevistado “D”, 09.05.2017).

Outra criança de 11 anos de idade afirmou que:

*“Peço esmola juntamente com minha avó”* (entrevistada “E”, 12.05.2017)

Perante as declarações dos nossos entrevistados, ficou evidente que o tipo de mendicidade que se pratica no Bairro Central “C”, é a mendicidade clássica. Esta mendicidade é definida como pedir dinheiro, produtos alimentares evocando piedade ou referindo-se a uma circunstância específica, sem oferecer nada em troca.

Quanto ao tempo que passam na rua por dia, a maior parte dos entrevistados parece ter uma rotina muito bem definida quer ao nível do local onde pratica a mendicidade quer ao nível do horário em que o faz. Esta afirmação pode ser reforçada analisando também as declarações dos entrevistados a seguir:

*“Nós chegamos aqui de manhã e só saímos a tarde”* (entrevistado “J”, 12.05.2017)

*“Saímos de casa às 8:00hrs e só voltamos a casa às 15hrs”* (entrevistado “G”, 09.05.2017).

Uma outra criança de 9 anos de idade, que vive com sua avó, falou da seguinte maneira:

*“Saio de casa às 6:00hrs da manhã, chegamos aqui na Cidade às 7:00hrs e só saímos daqui às 12hrs, porque tenho que ir à escola”* (entrevistado “A”, 12.05.2017).

Os argumentos dos entrevistados deixam transparecer que eles têm uma carga horária semelhante a dos trabalhadores a tempo inteiro em Moçambique. Sublinhe-se igualmente que os horários das pessoas que estão na mendicidade estão relacionados com os espaços onde a praticam, nomeadamente os horários das missas, horário da abertura e fecho das igrejas, horários dos estabelecimentos comerciais, horários dos serviços, horários em que começam a chegar os automobilistas para estacionarem os seus veículos.

Questionamos aos “mendigos infantis”, se tinham algum tempo para brincar, socializar-se com outras crianças. Os nossos entrevistados foram unânimes em afirmar que não tinham tempo para brincar. Isso a avaliar pelas declarações da entrevistada “F” ao explicar o seguinte:

*“Eu não brinco pós não tenho tempo para brincar, brinco aqui”* (08.05.2017)

Um outro menor durante a entrevista disse-nos:

*“Não brinco, porque quando saio daqui tenho que ir a escola”* (entrevistado “A”, 12.05.2017).

Relativamente a essa questão Miranda (2011:16), observa que a infância está sendo transformada em uma espécie de “sucata” de vários modos. Muitas crianças estão tendo sua idade adulta convocada antecipadamente, de modo que o tempo de ser criança está sendo ocupado amplamente pelo tempo do adulto, do trabalho, da exploração, da violência. Esse facto põe a sociedade inteira em perigo, porque lança gerações inteiras, prematuramente, num modo de vida adulto.

Com relação as razões da estadia dos menores na rua a praticarem mendicidade, os entrevistados observaram que:

*“Eu estou aqui porque acompanho a minha avó a pedir esmola, porque ela é deficiente visual então tenho que pegar a ela pela mão e também ajudar a pedir”* (entrevistado “A”, 12.05.2017).

*“Ajudo a minha tia a pedir esmola aqui, ela diz que eu sou esperto a pedir esmola”* (entrevistado “B”, 12.05.2017).

*“ (...) Porque tenho que trazer o meu avô, ele é deficiente não anda, agora eu tenho que empurrar a cadeira de roda ate aqui, faço isso desde muito tempo e assim acabei por passar a pedir esmola para ajudar a ele”* (entrevistado “G”, 09.05.2017).

*“ (...) Ajudo a minha avó a pedir esmola, porque duas pessoas a pedir é diferente de uma, assim conseguimos obter mais produtos e dinheiro com a qual usamos para diversas coisas”* (entrevistado “E”, 12.05.2017)

*“ (...) Para ajudar a minha mãe a pedir esmola, nós somos pobres, o meu pai nos abandonou, foi ficar lá em chicualacuala a cortar lenha e fazer carvão”* (entrevistada “C”, 08.05.2017)

*“Estou aqui para ajudar a minha avó a pedir esmola as pessoas gostam mais de dar esmola a nós do que pessoas grandes”* (entrevistada “F”, 08.05.2017).

Um aspecto a ressaltar é que, o elevado índice de pobreza que vive boa parte da população é determinante para que as famílias carenciadas olhem para o menor como fonte de renda, uma vez que este grupo suscita mais a compaixão dos que dão em relação aos “mendigos adultos”. Estas crianças encontram-se na sua maioria sob responsabilidade das suas avós, tias e outros familiares distantes, sem nenhuma condição de sobrevivência.

**Figura 6:** Criança como acompanhante na Mendicidade



Fonte: Tirada pelo autor no dia 08/05/2017

Em relação aos dias da semana em que os menores praticam a mendicidade, existiram divergências nas respostas, pois um grupo afirmou que estava ali todos os dias, e o outro somente nas terças e sextas-feiras, no sentido de dar sequência a esta questão, procuramos



saber dos nossos entrevistados o porque desses dias (terças e sextas-feiras), eis que tivemos como respostas as seguintes:

*“Porque esses dias os muçulmanos dão mais comida a nós”* (entrevistada, “C”, 08.05.2017).

*“ (...) Os muçulmanos oferecem diversos produtos nesses dias* (entrevistado, “B”, 12.05.2017)

*“ Porque nesses dias conseguimos muitos produtos nas lojas e na mesquita dos muçulmanos”* (entrevistada “I”, 12.05.2017).

Relativamente a sexta-feira como dia “específico de esmola” Capurchande (2004:7), sustenta que, os comerciantes muçulmanos dão esmola em cumprimento de um dos princípios da sua religião que é essencialmente o de dar caridade ou assistência aos carenciados.

No que se refere aos ganhos que os menores têm praticando a mendicidade, eles afirmaram de forma categórica que para além do dinheiro, conseguem ali produtos alimentares tais como: arroz, leite manteiga óleo, pão, farinha, bolachas, esses produtos são entregues ao responsável do agregado familiar, no sentido de garantir a alimentação de todos os elementos.

Na questão subsequente, procuramos saber junto dos nossos entrevistados se conseguiam cobrir as necessidades diárias das suas famílias ou as suas. E se não porque continuavam com está actividade. As respostas dadas em relação a esta questão são similares, onde os menores afirmam que a “actividade” de mendicidade na qual estão envolvidas não garante de forma alguma o sustento diário, isto porque nem todos os dias conseguem obter esmola, e que continuavam com a mesma “actividade” porque não tinham outra alternativa para o sustento familiar. O que é ilustrado pelos depoimentos a seguir:

*“Não, isto porque nem todos os dias, estamos aqui, continuo porque a tia diz para vir com ela* (entrevistada “I”, 12.05.2017).

*“Não porque há dias em que não conseguimos ter esmola, continuo porque não tenho outra coisa a fazer”* (entrevistada “F”, 08.05.2017).

*“As vezes não conseguimos nada porque as pessoas não nos dão (...), porque tenho que acompanhar o meu avô”* (entrevistado “H”, 08.05.2017).

*“O que conseguimos aqui não chega para comermos todos os dias, continuo porque também ajuda”* (entrevistado “E”, 12.05.2017).

*“ (...) Porque nem todos os dias estamos aqui (...) não tenho outra opção o que ganhamos ajuda”* (entrevistado “E”, 12.05.2017).

Apesar de a mendicidade não cobrir as necessidades diárias, algumas crianças olham a mesma como um meio de subsistência familiar e outras como uma forma de exploração como demonstram os seguintes depoimentos:

*“É um meio de sobrevivência para mim e para a minha família”* (entrevistado “D”, 09.05.2017).

*“Este é um meio de sobrevivência familiar”* (entrevista “C”, 08.05.2017)

*“ (...) É exploração porque ela tem um negócio que faz”* (entrevistado “J”, 12.05.2017).

Quanto a percepção que estes menores têm de si mesmo, podemos constatar que eles sentem-se inferiores em relação a outras crianças que não praticam a mendicidade, chegando algumas afirmar que sentem-se *“molwenes”*, conforme evidenciam as declarações:

*“Sinto me diferente de outras crianças, isto porque não vou a escola, e as pessoas que passam daqui pensam que sou menina da rua”* (entrevistada “I”, 12.05.2017).

*“As vezes sinto que sou molwene, porque ando aqui a pedir esmola nas sextas-feiras”* (entrevistado “B”, 12.05.2017).

*“ (...) Apesar de me darem esmola me olham de uma forma diferente como si fosse marginal”* (entrevistada “C”, 08.05.2017).

Quando questionados sobre as suas aspirações/ambições imediatas ou para o futuro, a maior parte dos entrevistados, tem ambição de abandonar a mendicidade e voltar à escola no sentido de serem iguais àquelas crianças que não praticam a mendicidade. Porém essas mudanças passam necessariamente pela mudança de atitude dos responsáveis da criança que as envolvem nesta “actividade”. As que vão à escola afirmam que gostariam de se dedicar apenas à escola, isto porque a participação na mendicidade interfere na vida escolar. Uma visão muito próxima da supracitada encontra sustento nas declarações a seguir:

*“Quero deixar essa vida voltar a escola, mas a vovó não deixa, ela diz que não tem dinheiro (...) essa coisa de escola é para os que tem dinheiro”* (entrevistada, “F”, 08.05.2017).

*“ (...) Voltar a estudar, pois lá onde eu estava estudava mas quando vim para cá deixei de estudar porque minha tia disse que não tinha dinheiro para me matricular* (entrevistada “I”, 12.05.2017)

*“Gostaria de voltar a estudar como outras crianças”* (entrevistada “C”, 08.05.2017)

*“ (...) Gostaria de voltar a escola, pois assim que posso conseguir um bom trabalho quando for grande”* (entrevistado “G”, 09.05.2017).

*“ (...) Gostaria (...) de ir a escola com frequência, porque outros dias faço trabalhos de casa a alta noite e acordo tarde e quando acordo estou cansado* (entrevistado “E”, 12.05.2017).

Os depoimentos acima, deixam transparecer que existe um certo descrédito em relação à educação dentro das famílias necessitadas, acompanhada pela crescente necessidade que as mesmas têm em obter dinheiro e produtos alimentares de forma imediata para o seu sustento diário.

### **3.2. Estrutura dos agregados familiares e ambiente que envolve os “mendigos infantis”**

Nesta secção procurou-se conhecer as condições de vida dos entrevistados, nomeadamente, o ambiente familiar, a situação financeira, assim como a visão que os responsáveis têm do envolvimento dos menores na mendicidade. Do trabalho efectuado com as famílias/responsáveis dos “mendigos infantis”, foi possível notar que as mesmas são compostas na sua maioria por 5 elementos, desses nenhum dos membros tem renda fixa, a grande parte do dinheiro que garante o sustento provém do sector informal e da prática de mendicidade como outra actividade, como comprovam os depoimentos a seguir:

*“Tenho uma banca de tomate e cebola”* (entrevista, “R”, 12.05.2017).

*“Tenho uma banca, mas não rende muito porque não tenho muitos produtos”* (entrevistada, “N”, 12.05.2017).

*“Tenho uma banca onde vende-se doces, bolachas, óleo e outras coisas, a minha filha e que esta lá a vender”* (entrevistado “L”, 09.05.2017).

Geralmente, são famílias chefiadas na sua maioria por mulheres. Em relação ao nível de escolaridade no seio dessas famílias, foi possível verificar que a maior parte dos

responsáveis não tem nenhum nível de escolaridade e a pequena parte dos que tem, notou-se uma média de 4ª classe. Relativamente a este assunto, Bastos et al (2008:26), sustentam que as questões relativas à escolaridade dos pais/responsáveis têm por objectivo contextualizar aspectos relacionados com a escolaridade da própria criança em termos de apoio e incentivo, apesar da não linearidade entre estes aspectos e o sucesso escolar.

No que concerne à habitação, estas famílias vivem na sua maioria em casas precárias, sem mínimas condições de saneamento, e de habitabilidade humana, construídas com paredes de madeira e zinco, com pavimento de terra batida, Bastos et al (2008:13), destacam que as condições de habitação estão intrinsecamente associadas ao nível de bem-estar e estreitamente relacionadas com as restantes dimensões definidas pelas múltiplas interações estabelecidas. Mais uma vez a pobreza está ligada à habitação quer por via do nível de rendimento quer das próprias condições de habitabilidade.

**Figura 7:** Condições de habitabilidade de alguns agregados familiares



Fonte: Tiradas pelo autor no dia 09/05/ 2017.

No que diz respeito à percepção dos familiares/responsáveis da criança acerca do seu envolvimento na mendicância, notou-se que muitos entrevistados reconhecem os problemas da mendicância e falam sobre a “ocupação” com repugnância, mas sentiram que era a única opção encontrada para fazer frente as dificuldades económicas que encaram, tal como os trechos a seguir indicam:

*“É triste mas não há como, se ela não ajudar poderemos morrer de fome”* (entrevistada “Q”, 12.05.2017).

*“ (...) Não é bom, porque o meu neto as vezes falta na escola, mas não vejo outra alternativa ou saída para esta situação”* (entrevistada “O”, 12.05.2017).

*“Me dói o coração quando vejo a minha filha a pedir esmola, mas não tenho como o pouco que ela consegue juntamos e levamos para casa”* (entrevistada “P”, 08.05.2017).

*“ (...), Eu acho que não é bom ao mesmo tempo nos precisamos de comer, pois o dinheiro que ganho no INAS é insignificante não dá para nada, agora isto ajuda na alimentação”* (entrevistado “T”, 09.05.2017).

Um outro responsável expressou-se nos seguintes termos:

*“Eu particularmente me sinto quando vejo o meu neto nessas condições, mas se ele não me ajudar não teremos o que comer em casa o lucro que sai na banca não dá para nada, pois tenho que pagar luz e outras despesas”* (entrevistado “L”, 09.05.2017).

Quando questionados se eram capazes de viver sem a contribuição da criança, os entrevistados afirmaram que não seriam de forma alguma capazes de viver sem a contribuição do menor, isto porque a criança é o elemento-chave na sensibilização dos que se mostram generosos com esta camada dando lhes esmola, o que de certa maneira ajuda no sustento diário do agregado, este posicionamento encontra sustento nos depoimentos a seguir:

*“É difícil, porque ele ajuda muito, primeiro porque me leva até aqui na Cidade e depois com o que ganhamos sobrevivemos no dia pós dia, acho que a contribuição é bem-vinda e não seria igual se ele não contribuísse”* (entrevistado “T”, 09.05.2017).

*“Penso que não, ela ajuda muito, quando nós juntamos os produtos ganhos temos uns dias sem preocupação de alimentação”* (entrevistada “P”, 08.05.2017).

*“É difícil porque é o único que me ajuda a pedir esmola na Cidade, agora eu sozinho seria muito difícil, isto porque poderia trazer poucos produtos ou dinheiro”* (entrevistada “O”, 12.05.2017).

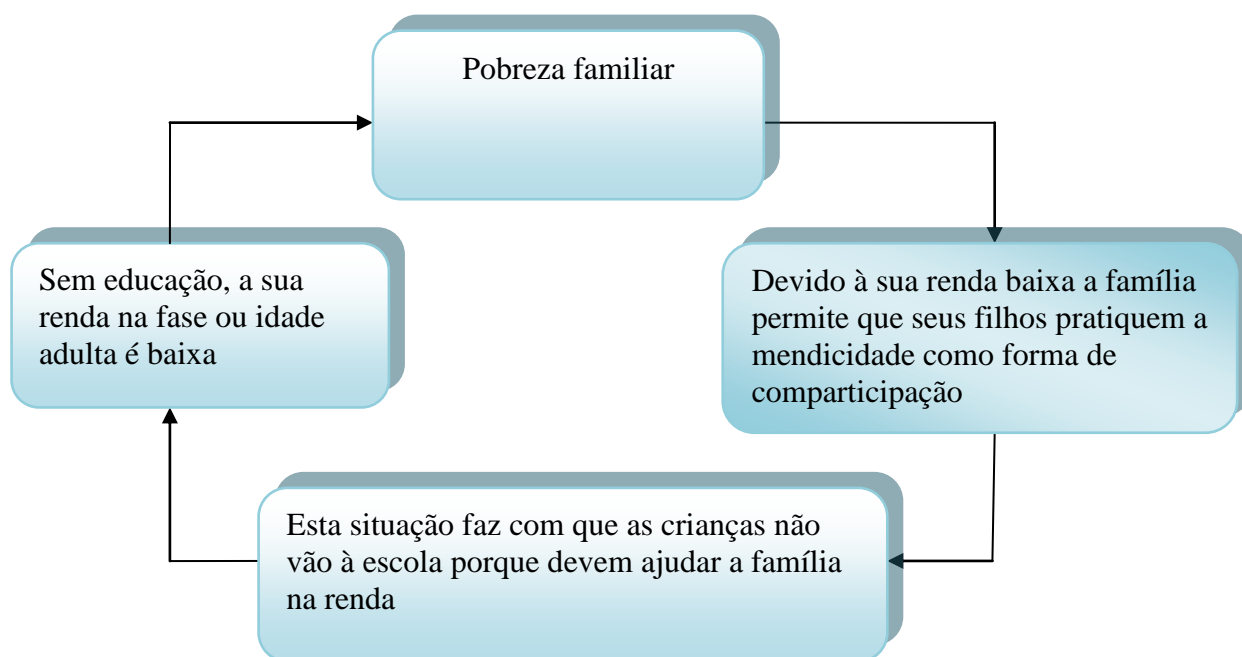
Contudo, podemos afirmar que a família assume uma identidade de mendigo. Entretanto, ser mendigo não implica apenas viver o lado material da pobreza, ou seja não ter o mínimo para a sobrevivência, mas também implica interiorizar essa realidade. Viver na mendicância implica sobretudo a perda de privacidade e do orgulho próprio. Isto porque o

mendigo expõe a sua pobreza à sociedade por ter com que sobreviver (Capurchande, 2004:67).

### 3.3. Impacto da Mendicidade na Criança e na Família

A mendicidade traz consigo prejuízos sérios à criança e à família da mesma. Na criança traz consequências graves na formação, afectando o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos. Ela (mendicidade) compromete o futuro dos menores, à medida que lhes tira o direito de viver a infância como uma etapa da vida voltada à aprendizagem e à formação por meio de actividades divertidas. Em relação às famílias que permitem que as crianças pratiquem a mendicidade como estratégia de sobrevivência, aumentam de certa forma a sua renda a curto prazo, mas de algum modo a sacrificam a longo prazo, isto porque a mendicidade só serve para satisfazer as necessidades diárias, não abrindo espaço para uma progressão económica bem como para uma melhoria sustentável da qualidade de vida.

**Figura 8:** Ciclo vicioso da pobreza e da mendicidade infantil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Em linhas gerais podemos afirmar que, a mendicidade infantil faz parte de um ciclo vicioso da pobreza, como mostra a figura. Como as crianças que mendigam geralmente vêm de famílias pobres, o facto de não terem acesso à educação faz com que a pobreza seja transmitida de geração em geração.

### 3.4. Actividades da Acção Social no Bairro Central “C”

Nesta secção, procuramos perceber junto dos técnicos da Direcção do género, criança e acção social conhecer as actividades desenvolvidas no sentido de combater a mendicidade infantil no Bairro Central “C”, os nossos entrevistados em relação a esta questão afirmaram que tem realizado trabalhos de sensibilização através de folhetos, megafones para desencorajar os munícipes, comerciantes a não darem esmola na rua assim como nas portas das suas lojas, mas sim canalizarem essa esmola para locais apropriados com os centros comunitários abertos. Esta afirmação é ser reforçada também pelas declarações da entrevistada “4” ao explicar que:

*“Fazemos trabalhos de sensibilização para os munícipes no geral, trabalhamos com os comerciantes para não darem esmola nas portas das lojas, mas sim canalizarem essa esmola para locais apropriados, nos locais de proveniência par que essas pessoas possam-se beneficiar, mas como governo damos assistência a esse grupo social através de vários programas de subsídio de alimentos, monetário (350MT), apoio directo entre outros programas existentes a nível da instituição” (10.05.2017).*

Perante estes pronunciamentos, fica evidente que a grande preocupação dos técnicos da direcção do género, criança e acção social é sensibilizar os que dão esmola, ficando claro que pouco trabalho tem sido feito em relação aos que praticam a mendicidade. Em relação ao uso do folheto como meio de sensibilização, podemos afirmar que este meio pode não ser operacional, uma vez que a maior parte dos que envolvem as crianças na mendicidade não sabem ler. No que respeita ao subsídio monetário no valor de 350 MT, no nosso entender não corresponde com o estágio actual da realidade socioeconómica que Moçambique atravessa, como demonstram os cálculos abaixo:

$$\begin{array}{ll}
 30 \text{ dias ----- } 350\text{MT} & X = \frac{350\text{MT} \times 1 \text{ dia}}{30 \text{ dias}} \\
 1 \text{ dia ----- } X & X = 11.67\text{MT}.
 \end{array}$$

Quando questionados sobre o impacto dessas acções, a maior parte dos técnicos entrevistados respondeu que os resultados eram positivos, porque muitos munícipes passavam a não darem esmola na rua, assim coma nas portas das suas lojas, como podemos testemunhar nas declarações da entrevistada ”1”ao defender que:

*“ (...) Posso dizer que estamos a ter bons resultados porque a sociedade acaba acatando que afinal de contas eles são importantes na resolução dos problemas de todos, não só o governo mas eles se sentem com responsabilidade de puderem assumirem aquilo que é o problema da conjuntura, existe impacto positivo sim senhora (...) e esse impacto é maior porque eles complementam o trabalho realizado pelo governo” (10.05.2017).*

Convém realçar que, essas declarações não conferem com o que acontece na realidade no terreno, uma vez que a cada dia que passa, novos efectivos procuram viver graças à mendicidade. A mendicidade infantil é um fenómeno cada vez mais enraizado no seio das famílias carenciadas. Este aspecto foi reconhecido pela entrevistada “2”, ao sustentar que:

*”Os programas desenvolvidos pela instituição não estão a resultar, porque a cada dia que passa nos vamos descobrindo novos efectivos de crianças a praticarem a mendicidade, então não estão a nos trazer impactos positivos” (10.05.2017).*

No que tange às dificuldades que a instituição enfrenta na implementação dos diversos programas no sentido de combater a mendicidade infantil naquele bairro, os entrevistados apontam a falta de recursos financeiros e humanos, a não realização de encontros regulares com a sociedade civil, e o facto de alguns membros da comunidade muçulmana continuarem a oferecer esmola nos estabelecimentos comerciais, contrariando o que tinha sido acordado, que se resumia na canalização das ofertas para o gabinete de combate a mendicidade que fora criado como metodologia para esse propósito. O que é ilustrado pelo depoimento da entrevistada “2”, ao relatar que:

*(...) Nós como governo já decretamos que não se podia dar esmola as crianças na rua, mas nos deparamos com pessoas a darem esmola as crianças na rua, então esta sociedade não esta a trazer nenhum impacto positivo, porque parece que agente não esta a fazer nada, as nossas sensibilizações não estão a trazer nenhum resultado (10.05.2017).*

Desta feita fica claro que existe exiguidade de fundos para a realização de trabalhos de acção social, para além da falta de coordenação entre as instituições, sobretudo muçulmanos, que mesmo sensibilizados a encaminharem os donativos às instituições apropriadas não o têm feito continuando a dar esmola na rua ou à porta dos seus estabelecimentos comerciais. Politicamente o combate à mendicidade infantil faz parte do role das prioridades do governo. Contudo, em termos práticos é um facto que o dia-a-dia continua a ser marcado por evidências claras que revelam alguma incapacidade ou falta de interesse das instituições para colocarem em prática acções com vista a reverter a situação.



## **Conclusão e Sugestões**

Do estudo feito constatou-se que a mendicância infantil é uma “actividade”, em que o menor é usado habitualmente para pedir esmola a pessoas na rua. Este fenómeno tem como causas a pobreza e a falta oportunidades de educação. Sendo a falta de um emprego formal por parte do responsável do menor associado ao alto custo de vida, as mais apontadas. Geralmente são crianças que vêm de bairros suburbanos, sendo bairros pobres, densos e com casas feitas maioritariamente de lata/chapas de zinco. Verificamos ainda que a participação da criança é usada para a satisfação das necessidades básicas alimentares, prevalecendo ainda as dificuldades que ditaram a sua na mendicância.

Por um lado, as hipóteses por nós traçadas, segundo as quais a condição de pobreza que vive boa parte da população é a condicionante da utilização da criança na prática da mendicância, pois elas suscitam mais a compaixão da população que se mostra, neste caso, mais generosa com este grupo do que com os pedintes adultos, por outro lado, de que as crianças aparecem como acompanhantes de cadeirantes, idosos e cegos mendigos, que no sentido de angariar maior número de produtos, elas são muitas das vezes usadas como isca para sensibilizar os comerciantes e os automobilistas à darem esmola, foram confirmadas. Assim perante os resultados obtidos nesta pesquisa achamos conveniente, apresentar as seguintes sugestões: o combate a mendicância infantil deve ser diária, tendo como base a sensibilização e consciencialização social, sob a direcção do governo, tendo em vista a participação especial da família e o fortalecimento das instituições sociais. O poder público deve implementar e exigir o cumprimento das leis, através da fiscalização e, paralelamente, instruir políticas que possam trazer reais melhorias nas condições económicas da população com objectivo de garantir emancipação das famílias carenciadas.

O governo deve assegurar que as leis estão sendo aplicadas no sentido de garantir a protecção das crianças contra todas as formas de exploração, inclusive por meio de mendicância, e punir aqueles indivíduos que exploram os menores para o seu próprio benefício. Leis e disposições devem ser aplicadas para que possam ser levadas a sério. Multar ou prender os familiares/responsáveis que induzem as crianças a situações de mendicância.

## **Bibliografia**

### **a) Obras publicadas**

- ANDRADE, Ximena et all. *Famílias em contexto de Mudanças em Moçambique*. Maputo, Centro de Estudos Africanos – UEM, 1998.
- ALVES, Maria da Piedade. *Metodologia Científica*, Lisboa, Escolar Editora, 2012.
- ARAÚJO, Manuel. G.M. *Cidade de Maputo, Espaços; Constrangimentos: Do Urbano ao Rural*. Maputo, Editora Finisterra, 1997.
- BASTOS, Amélia et all. *Um olhar sobre a pobreza infantil: análise das condições de vida das Crianças*. Coimbra, Editora Almedina, 2008.
- CHIZZOTTI, António. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 6ª Edição, São Paulo, Cortez Editora, 2003.
- DIEHL, Astor António & TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em Ciências Sociais aplicadas: Métodos e Técnicas*. São Paulo, Prentice Hall, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4ª Edição. Curitiba, Editora positivo, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 1996.
- PRODANOV. Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas e do trabalho académico*. 2ª Edição, Novo Hamburgo, s/e, 2013.
- ROCHA, Aurélio. *Maputo Cidade das Acácias*, 2ª Edição, Maputo, Alcance Editores, 2015,
- SILVA, Edna Lúcia & MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 3ª Edição, Florianópolis, s/e, 2001.
- SOUSA, Liliana et all. *Famílias Pobres: Desafios à intervenção Social*. 1ª Edição, Lisboa, Climepsi Editores, 2007.
- VIVET, Jeanme. *Deslocados de Guerra em Maputo percursos migratórios, “Citadinização” e transformações urbanas da capital moçambicana (1976-2010)*, 1ª Edição, Maputo, Alcance Editores, 2015.

**b) Dissertações e Monografias**

- CAPURCHANDE, Rehana Dauto. *A construção social da “Mendicidade de sextas-feiras” um estudo sobre práticas sociais relacionadas com a Mendicidade na Cidade de Maputo*. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, UEM, 2004.
- DJEDJE, Rosa Mário. *A Integração Social e a Mendicidade nos Centros Urbanos: Caso do Distrito Municipal KaMpfumo (1998-2011)*. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em História Política e Gestão Pública) – FCSF – Universidade Pedagógica, Maputo, UP, 2013.
- GULUVE, Paulo Mufucua. *Contribuição das Instituições da Acção Social na Prevenção da Mendicidade Infantil na Cidade de Maputo*. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em Educação e Assistência Social) – FACEP – Universidade Pedagógica, Maputo, UP, 2016.
- MIRANDA, Sandra Andrade. *Trabalho infantil na Bahia: discutindo políticas de erradicação sobre a ótica do desenvolvimento* (trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de ciências económicas da universidade federal da Bahia), Bahia, UFBA, 2001.
- NHANTUMBO, Ivete Salomão. *Menores no Sector Informal Como Estratégia de Sobrevivência das Famílias Carenciadas – “ O Caso do Mercado do Xipamanine”*. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, UEM, 2007.
- REZENDE, Cristiane Barbosa. *A VELHICE NA FAMÍLIA: estratégias de sobrevivência*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós graduação em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, UNESP, 2008.
- SIXPENCE, Augusto Bartolomeu. *Crianças Vulneráveis em Moçambique: um olhar sobre o papel do estigma na permanência de crianças que vivem nas ruas da Cidade de Maputo*. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, UEM, 2010.

### c) Artigos da internet

COSTA, Ana Bénard & RODRIGUES, Cristina. *Estratégias de Sobrevivência das Famílias em Luanda e Maputo*, s/d. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/.../>. Acesso em 10 de Dezembro de 2016

DELAP, Emily, *Begging for Change*, Ed. Anti-Slavery International, 2009. Disponível em [http://www.wantislavery.org/includes/documents/cm\\_docs/2009/b/beggingforchange09.pdf](http://www.wantislavery.org/includes/documents/cm_docs/2009/b/beggingforchange09.pdf). acesso em 11 de Dezembro de 2016

EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza. *Tráfico de Seres Humanos para Exploração da Mendicidade Forçada*, Lisboa, eapn, 2015. Disponível em [www.eapn.pt/](http://www.eapn.pt/). Acesso em 10 de Dezembro de 2016.

GIL, Fernando. *Moçambique para todos: Macua de Moçambique*, Maputo, 2010. Disponível em [Macua.blogs.com/...todos/.../stv](http://Macua.blogs.com/...todos/.../stv) – denuncia. Acesso em 12 de Dezembro de 2016.

NIPPIERD, Ann-Brit, LOUIS, Sandy Gros & VANDENBERG, Paul. *Os empregadores e o Trabalho Infantil. Guia I: Introdução ao problema do trabalho infantil*, Genebra, OIT, 2007. Disponível em [www.ilo.org/brasil/.../lang.../index.htm](http://www.ilo.org/brasil/.../lang.../index.htm). Acesso em 13 de Janeiro de 2017.

OIT. *Estudo sobre a aplicação das convenções n.º 138 e n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP*, Genebra, 2013. Disponível em <https://www.cplp.org/.../PALOP-studies>. Acesso em Março de 2017

OTSH (Coord), *Mendicidade Forçada: A face invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral* Ed CIG, 2013. Disponível em [www.otsh.mai.gov.pt/.../brochura](http://www.otsh.mai.gov.pt/.../brochura). Acesso em 10 de Dezembro de 2016.

SANTOS, Elizabeth. *Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada. The Third sector Against Pushed Begging - Relatório nacional - Portugal*. Porto, Editora EAPN Portugal – Rede Europeia Anti pobreza, 2014. Disponível em [www.eapn.pt/.../trafico](http://www.eapn.pt/.../trafico) de seres\_humanos. Acesso em 15 de Dezembro de 2016.

UNICEF Moçambique. *Pobreza Infantil e Disparidade em Moçambique*, Maputo, 2010, p 141-175. Disponível em [www.unicef.org/mz/.../CPD-sumaro.pdf](http://www.unicef.org/mz/.../CPD-sumaro.pdf). Acesso em 14 de Janeiro de 2016.

**d) Documentos Oficiais**

Calendário Fiscal Do Conselho Municipal Da Cidade De Maputo. *Relatório das actividades realizadas e das ocorrências registadas de Janeiro a Abril de 2016*. Maputo, 2016.

Conselho Municipal da Cidade de Maputo. *Postura Municipal para o Combate a Mendicidade*, Maputo, 2016.

Conselho de Ministros. “ *Estratégias do Desenvolvimento Integral da Criança em Idade Pré-Escolar 2012-2021*”, aprovada na 22ª Sessão Ordenaria do Conselho de Ministros, Maputo: Ministério da Educação – Direcção Nacional do Ensino Primário, 2012.

INE. *II Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos, Cidade de Maputo, Relatório de pesquisa*. Maputo, 1998.

Plano Nacional de Acção para a Criança II (PNAC) 2013-2019, Maputo, República de Moçambique, 2012.

**e) Documentos não publicados**

DGCAS. *Avaliação da estratégia de combate a mendicidade e do fenómeno da criança da/na rua*, Maputo, 2012.

DMGCAS. *Relatório das Actividades Desenvolvidas para a redução da pratica da mendicidade e fenómeno da criança da/na rua na Cidade de Maputo*, Maputo, 2011.

MAIBAZE, Isilda, MUCHANGA, Vasco & JOAQUIM, José. *Relatório sobre a campanha para redução da pratica de mendicidade e do fenómeno da criança da/na rua na Cidade de Maputo*. Maputo, 2012

MENESES, Isáu Joaquim & LOURENÇO, Augusto João. *Relatório Final Sobre a Mendicidade em Moçambique*. MMCAS e INSS, 2000

Município de Maputo - Conselho Municipal. *Informação Sobre a Mendicidade no Município de Maputo*. 2000.

## f) Fontes Orais

### a) “Mendigos Infantis”

<b>Nome completo</b>	<b>Idade</b>	<b>Natural</b>	<b>Residência actual</b>	<b>Local da entrevista</b>	<b>Data</b>	<b>Ocupação</b>
Fénias S. Chirindza	9 anos	Maputo	B. Malanga	B. Central “C”	12.05.2017	Aluno/MI
João Mbanguine	11 anos	Inhambane	Maxaquene	B. Central “C”	12.05.2017	Aluno/MI
Leonor Majongue	10 anos	Gaza	Laulane	B. Central “C”	08.05.2017	Mendigo Infantil
Manuel Mazive	11 anos	Inhambane	Xipamanine	B. Central “C”	09.05.2017	Aluno/MI
Manuel Zatita	11 anos	Inhambane	B.L. Cabral	B. Central “C”	12.05.2017	Aluno/MI
Mária Paulo	9 anos	Gaza	Chamanculo	B. Central “C”	08.05.2017	Mendigo Infantil
Pedro Enosse	13 anos	Inhambane	Mafalala	B. Central “C”	09.05.2017	Mendigo Infantil
Pedro Siteo	10 anos	Maputo	B. Jardim	B. Central “C”	08.05.2017	Aluno/MI
Rélia Mutuque	10 anos	Inhambane	P. Caniço	B. Central “C”	12.05.2017	Mendigo Infantil
Salomão Machava	12 anos	Gaza	Zimpeto	B. Central “C”	12.05.2017	Mendigo Infantil

### b) Familiares/responsáveis dos “mendigos infantis”

<b>Nome completo</b>	<b>Idade</b>	<b>Natural</b>	<b>Residência actual</b>	<b>Local da entrevista</b>	<b>Data</b>	<b>Ocupação</b>
Alberto U. Enosse	69 anos	Inhambane	Mafalala	B. Central “C”	09.05.2017	Comér/M
Amélia Macaringue	62 anos	Gaza	B. Jardim	B. Central “C”	08.05.2017	Prat de Mendic
Ana Mbanguine	34 anos	Inhambane	Maxaquene	B. Central “C”	12.05.2017	Comér/M
Berta Chume	59 anos	Inhambane	L. Cabral	B. Central “C”	12.05.2017	Prat de Mendic

Calvina Macuacua	41 anos	Gaza	Laulane	B. Central "C"	08.05.2017	Prat de Mendic
Fátima Mutuque	35 anos	Inhambane	P. Caniço	B. Central "C"	12.05.2017	Prat de Mendic
Joana Macamo	43 anos	Gaza	Zimpeto	B. Central "C"	12.05.2017	Comér/M
Joana Pululo	60 anos	Gaza	Chamanculo	B. Central "C"	08.05.2017	Prat de Mendic
João Mazive	69 anos	Maputo	Xipamanine	B. Central "C"	09.05.2017	Prat de Mendic
Marta A. Chirindza	52 anos	Gaza	Malanga	B. Central "C"	12.05.2017	Prat de Mendic

c) Técnicos da Direcção do género, criança e acção social, repartição da criança em situação difícil

<b>Nome completo</b>	<b>Anos de serviço</b>	<b>Cargo que ocupa</b>	<b>Data</b>
Ana M. Gulube	33 anos	Chefe do departº da acção social	10.05.2017
Arsénia Cossa	15 anos	Téc da repart da criança em situação difícil	10.05.2017
Deolinda Condelaç	17 anos	Chefe da repart da pessoa idosa	10.05.2017
Isilda J. Maibaze	15 anos	Chefe do departº da criança em situação difícil	10.05.2017

# Apêndices



**Apêndice 1: Guião de Entrevista Dirigido aos “Mendigos Infantis”**

**A. Identificação**

1. Nome \_\_\_\_\_, Idade \_\_\_\_\_ Sexo a) M \_\_\_\_\_ b) F \_\_\_\_\_

2. Natural \_\_\_\_\_ a) Província \_\_\_\_\_ b) Distrito \_\_\_\_\_

3. Residência actual \_\_\_\_\_

4. Escolaridade: a criança anda na escola? a) Sim \_\_\_\_\_, b) Não \_\_\_\_\_

5. Se sim, em que classe está agora \_\_\_\_\_

6. Com que frequência vai à escola a) Regularmente \_\_\_\_\_ b) Irregular \_\_\_\_\_

**B. Participação da criança na mendicidade**

7. Actividade de mendicidade em que está envolvido que trabalho faz (tipo de mendicidade)

---

---

---

8. Qual é o grau de envolvimento na actividade? a) É induzido \_\_\_\_\_ b) Por conta própria \_\_\_\_\_

9. Quanto tempo passa na rua por dia (horas de saída, de chegada = horas de “trabalho”)

---

---

---

---

10. Tem algum tempo para brincar, socializar-se com outras crianças?

---

---

---

11. Porque é que estás aqui? (razões da estadia na rua a praticar mendicidade)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

12. Em que dias da semana praticas a mendicidade

---

---

---

13. Porque nesses dias?

---

---

---

---

---

---

---

---

14. O que consegues obter quando praticas a mendicidade

---

---

---

---

---

15. Que finalidade dá se ao que consegues praticando a mendicidade? (usa-se para fins próprios ou canaliza ao responsável do agregado familiar)

---

---

---

---

---

16. Consegues cobrir as necessidades diárias da sua família ou as suas. Se não porque continuas com esta actividade?

---

---

---

---

---

**C. Percepção que a criança tem acerca do seu futuro**

17. O que a criança pensa do seu envolvimento na mendicidade (meio de subsistência familiar, emprego, exploração)

---

---

---

---

---

18. Quais são as suas aspirações/ambições imediatas ou para o futuro

---

---

---

**Apêndice 2: Guião de Entrevista Dirigido aos Responsáveis/Familiares dos “Mendigos  
Infantis”**

**A. Identificação**

1. Nome \_\_\_\_\_

2. Sexo: a) M \_\_\_\_\_ b) F \_\_\_\_\_ 3. Idade \_\_\_\_\_

4. Estado Civil: a) Casado/a \_\_\_\_\_ b) Solteiro/a \_\_\_\_\_ c) Divorciado/a \_\_\_\_\_ d) Viúvo \_\_\_\_\_

5. Natural \_\_\_\_\_ 6) Província \_\_\_\_\_ 7) Distrito \_\_\_\_\_

8. Residência actual: a) Bairro \_\_\_\_\_ b) Quarteirão nº \_\_\_\_\_ c) Casa nº \_\_\_\_\_

9. Estuda/Estudou? a) Sim \_\_\_\_\_ b) Não \_\_\_\_\_ Em que Classe \_\_\_\_\_

10. Composição do Agregado Familiar \_\_\_\_\_

11. Chefe do Agregado \_\_\_\_\_

12. É portador de alguma deficiência? a) Sim \_\_\_\_\_ b) Não \_\_\_\_\_ c) Qual \_\_\_\_\_

**B. Situação socioeconómica**

13. Beneficia-se de alguma pensão? a) Sim \_\_\_\_\_ b) Não \_\_\_\_\_

14. De que instituição. a) INAS \_\_\_\_\_ b) INSS \_\_\_\_\_ c) Outra \_\_\_\_\_ d) qual \_\_\_\_\_

15. Que tipo de apoio recebe? a) Bens materiais \_\_\_\_\_ b) Géneros alimentícios \_\_\_\_\_ valor monetário \_\_\_\_\_

16. Com que frequência recebe este apoio. a) Sempre \_\_\_\_\_ b) as vezes \_\_\_\_\_

17. Porque praticas a mendicidade

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**C. Percepção dos responsáveis/familiares da criança acerca do seu envolvimento na mendicidade.**

18. Quem é o principal responsável por cuidar da criança

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

---

19. O que a família/responsável pensa do envolvimento da criança na mendicidade

---

---

---

---

---

---

---

---

20. A família é ou não capaz de viver sem a contribuição da criança

---

---

---

---

---

---

---

---

21. Que tipo de apoio necessita para não envolver a criança na mendicidade

---

---

---

---

**Apêndice 3: Guião de Entrevista Dirigido aos Técnicos da Direcção do Género, Criança e Acção Social, Repartição da Criança em Situação Difícil.**



**A. Identificação**

1. Nome \_\_\_\_\_

2. Anos de serviço \_\_\_\_\_, Cargo que ocupa na instituição \_\_\_\_\_

**B. Acções Desenvolvidas face ao fenómeno de mendicidade**

3. Quais são as acções levadas a cabo pela instituição no sentido de combater a mendicidade infantil.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Dos programas desenvolvidos pela instituição, que avaliação se pode fazer em relação ao impacto.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

5. Que comentários tem a fazer em relação as condições oferecidas pela sociedade civil no combate a mendicidade infantil.

---

---

---

---

---

---

